



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XVII — Nº 139

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 11 DE SETEMBRO DE 1962

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se nos dias 26, 27 e 28 do mês em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem dos seguintes vetos presidenciais:

Dia 26

1) — Projeto de Lei nº 944-B-56, na Câmara, e nº 133-62, no Senado, que dispõe sobre a política nacional de energia nuclear, cria a Comissão Nacional de Energia Nuclear e dá outras providências;

2) — Projeto de Lei nº 4.154-C-62, na Câmara, e nº 33-62, no Senado, que dispõe sobre a execução orçamentária no exercício financeiro de 1962, nos termos do art. 5º da Lei nº 3.994, de 9 de dezembro de 1961;

Dia 27

1) — Projeto de Lei nº 3.825-58, na Câmara e nº 102-61, no Senado, que dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de psicologista;

2) — Projeto de Lei nº 2.389-B-60, na Câmara, e nº 14-62, no Senado, que federaliza e incorpora à Universidade do Ceará a Faculdade de Ciências Econômicas.

Dia 28

Projeto de Lei nº 36-53, do Senado, e nº 3.549-C-57, na Câmara, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

Senado Federal, 10 de setembro de 1962

AURO MOURA ANDRADE
Presidente

MESA

Presidente — Moura Andrade — PSD.
Vice-Presidente — Rui Palmeira — UDN.
Primeiro-Secretário — Argemiro de Figueiredo — PTB.
Segundo-Secretário — Gilberto Marinho — PSD.
Terceiro-Secretário — Mourão Vieira — UDN.
Quarto-Secretário — Novaes Filho — PL.
Primeiro-Suplente — Mathias Olympio — PTB.
Segundo-Suplente — Guido Mondin — PSD.
Terceiro-Suplente — Joaquim Parente — UDN.

LÍDERES E VICE-LÍDERES

DA MAJORIA

LÍDER

Filinto Müller (PSD).

VICE-LÍDERES

Lima Teixeira (PTB).
Nogueira da Gama (PTB).
Lobão da Silveira (PSD).
Victorino Freire (PSD).
Jefferson de Aguiar (PSD).
Guido Mondin (PSD).
Jorge Maynard (PSP).
Saulo Ramos (PTB).

DA MINORIA

João Villasbôas (UDN).

SENADO FEDERAL

DOS PARTIDOS

DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

LÍDER

Benedito Valladares.

VICE-LÍDERES

Gaspar Veloso.
Victorino Freire.

DA UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

LÍDER

Daniel Krieger.

VICE-LÍDERES

Afonso Arinos.
Afrânio Lages.
Padre Calazans.

DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

LÍDER

Barros Carvalho.

VICE-LÍDERES

Fausto Cabral.
Arlindo Rodrigues.
Nelson Maculan.

DO PARTIDO LIBERTADOR

LÍDER

Mem de Sá.

VICE-LÍDER

Aloysio de Carvalho.

DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

LÍDER

Jorge Maynard.

VICE-LÍDER

Miguel Couto.

DO PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL

LÍDER

Lino de Mattos.

DO MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR

LÍDER

Paulo Fender.

DO PARTIDO REPUBLICANO

LÍDER

Mendonça Clark.
Alô Guimarães

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

- 1 Paulo Coelho — Amazonas.
- 2 Lobão da Silveira — Pará.
- 3 Victorino Freire — Maranhão.
- 4 Sebastião Archer — Maranhão.
- 5 Eugênio Barros — Maranhão.
- 6 Menezes Pimentel — Ceará.
- 7 Ruy Carneiro — Paraíba.
- 8 Jarbas Maranhão — Pernambuco.
- 9 Silvestre Péricles — Alagoas.
- 10 Ary Vianna — Espírito Santo.
- 11 Jefferson Aguiar — Espírito Santo.
- 12 Gilberto Marinho — Guanabara.
- 13 Paulo Fernandes — Rio de Janeiro.
- 14 Moura Andrade — São Paulo.

- 15 Gaspar Veloso — Paraná.
- 16 Alô Guimarães — Paraná.
- 17 Guido Mondin — Rio Grande do Sul.
- 18 Benedito Valladares — Minas Gerais.
- 19 Filinto Müller — Mato Grosso.
- 20 Juscelino Kubitschek (Licenciado Em exercício o Sr. José Feliciano) — Goiás.
- 21 Pedro Ludovico — Goiás.

UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

- 1 Mourão Vieira — Amazonas.
- 2 Zacarias de Assunção — Pará.
- 3 Joaquim Parente — Piauí.
- 4 Fernandes Fávora — Ceará.
- 5 Reginaldo Fernandes — Rio.
- 6 Sérgio Marinho — Rio Grande do Norte.
- 7 João Arruda — Paraíba.
- 8 Afrânio Lages — Alagoas.
- 9 Rui Palmeira — Alagoas.
- 10 Heribaldo Vieira — Sergipe.
- 11 Ovidio Teixeira — Bahia.
- 12 Del Caro — Espírito Santo.
- 13 Afonso Arinos (Licenciado Em exercício o suplente Venâncio Iglesias) — Guanabara.
- 14 Padre Calazans — São Paulo.
- 15 Irineu Bornhausen — Santa Catarina.
- 16 Daniel Krieger — Rio Grande do Sul.
- 17 Milton Campos — Minas Gerais.
- 18 João Villasbôas — Mato Grosso.
- 19 Lopes da Costa — Mato Grosso.
- 20 Coimbra Bueno — Goiás.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

- 1 Vivaldo Lima — Amazonas.
- 2 Mathias Olympio — Piauí.
- 3 Fausto Cabral — Ceará.
- 4 Argemiro de Figueiredo — Paraíba.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
BRASILIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior		Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,00	Semestre	Cr\$ 39,00
Ano	Cr\$ 96,00	Ano	Cr\$ 76,00
Exterior		Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00	Ano	Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

SUPLENTE

PSD — 1 Eugênio Barros
PSD — 2 Sebastião Archer
PSD — 3 Alô Guimarães
UDN — 2 Ovidio Teixeira
UDN — 1 Irineu Bornhausen
UDN — 3 Zacarias Assumpção
UDN — 4 Sérgio Marinho
PTB — 1 Lima Teixeira
PTB — 2 Saulo Ramos
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas
Secretário: José Soares de Oliveira Filho.

Comissão de Agricultura

PTB — Nelson Maculan — Presidente
PSD — Eugênio Barros — Vice-Presidente
PSD — Alô Guimarães
PSD — Paulo Fernandes
UDN — Lopes da Costa
UDN — Ovidio Teixeira
PTB — Fausto Cabral (7)

SUPLENTE

PSD — Pedro Ludovico
PSD — Jefferson de Aguiar
PSD — Sebastião Archer
UDN — De Caro
UDN — Irineu Bornhausen
PTB — Calado de Castro
PTB — Lima Teixeira

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas

Secretário: José Aristides de Moraes Filho.

Comissão de Educação e Cultura

PSD — Menezes Pimentel — Presidente
PL — Mem de Sá — Vice-Presidente
PSD — Jarbas Maranhão
PTB — Saulo Ramos

FUNCIONARIOS

Capital e Interior		Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 39,00	Semestre	Cr\$ 39,00
Ano	Cr\$ 76,00	Ano	Cr\$ 76,00
Exterior		Exterior	
Ano	Cr\$ 108,00	Ano	Cr\$ 108,00

PTB — Arlindo Rodrigues
UDN — Reginaldo Fernandes
UDN — Padre Calazans

SUPLENTE

PSD — Lobão da Silveira
PSD — Alô Guimarães
UDN — Lino de Matos (do PTN)
PTB — Calado de Castro
PTB — Lima Teixeira
PL — Aloisio de Carvalho
Reuniões: As quartas-feiras, às 16.00 horas — Secretária: Maria Helena Bueno Brandão.

Comissão de Finanças

UDN — Daniel Krieger — Presidente
PSD — Ary Vianna — Vice-Presidente
PSD — Eugênio Barros
PSD — Paulo Coelho
PSD — Gaspar Velloso
PSD — Lobão da Silveira
PSD — Victorino Freire
UDN — Irineu Bornhausen
UDN — Fernandes Fávora
PTN — Lino de Mattos
UDN — Lopes da Costa
PTB — Nogueira da Gama
PTB — Barros Carvalho
PTB — Saulo Ramos
PL — Mem de Sá (17)

SUPLENTE

PSD — Silvestre Péricles
PSD — Ruy Carneiro
PSD — Jarbas Maranhão
PSD — Menezes Pimentel
PSD — Pedro Ludovico
PSD — Filinto Müller
UDN — Coimbra Bueno
UDN — Zacharias de Assumpção
UDN — João Arruda
UDN — Milton Campos
UDN — João Villasboas
UDN — De Caro
PTB — Fausto Cabral
PTB — Vivaldo Lima

PTB — Arlindo Rodrigues
PTB — Calado de Castro
PTB — Lima Teixeira
PL — Aloisio de Carvalho

Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas.
Secretário — Renato de Almeida Obermont.

Comissão de Legislação Social

PTB — Lima Teixeira — Presidente
PSD — Ruy Carneiro — Vice-Presidente
PSD — Lobão da Silveira
PSD — Menezes Pimentel
UDN — Afonso Arinos
UDN — Lopes da Costa
UDN — Afrânio Lages
PTB — Calado de Castro
PTB — Arlindo Rodrigues (9)

SUPLENTE

PSD — 1 Sebastião Archer
PSD — 2 Silvestre Péricles
PSD — 3 Eugênio Barros
UDN — 1 Dix-Huit Rosado
UDN — 2 Padre Calazans
UDN — 3 Heribaldo Vieira
PTB — 1 Barros Carvalho
PTB — 2 Lourival Fontes
PTB — 3 Nelson Maculan
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Secretário: José Soares de Oliveira Filho.

Comissão de Saúde Pública

UDN — Reginaldo Fernandes — Presidente
PSD — Alô Guimarães — Vice-Presidente
UDN — Fernandes Fávora
PSD — Pedro Ludovico
PTB — Saulo Ramos — (5)

SUPLENTE

PSD — Eugênio Barros
PSD — Jarbas Maranhão
UDN — Lopes da Costa
UDN — Sérgio Marinho
PTB — Arlindo Rodrigues
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas
Secretário: Eduardo Rui Barbosa.

ATA DA 128ª SESSÃO, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 4ª LEGISLATURA, EM 10 DE SETEMBRO DE 1962

PRESIDÊNCIA DOS SRs. MATHIAS OLYMPIO E GUIDO MONDIN

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima — Paulo Fender — Martins Júnior — Lobão da Silveira — Remy Archer — Mathias Olympio — Joaquim Parente — Fausto Cabral — Fernandes Fávora — Menezes Pimentel — Barros Carvalho — Jorge Maynard — Heribaldo Vieira — Ovidio Teixeira — Lima Teixeira — Gilberto Marinho — Frederico Nunes — Gaspar Velloso — Nelson Maculan — Guido Mondin — (20).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 20 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura das atas da sessão e reuniões anteriores, que são sem debate aprovadas.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

OFÍCIOS

Do Sr. 1º Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado autógrafos dos seguintes Anexos e Subanexos do Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 1962:

5 Barros Carvalho — Pernambuco.
6 Lourival Fontes — Sergipe.
7 Lima Teixeira — Bahia.
8 Calado de Castro — Guanabara.
9 Arlindo Rodrigues — Rio.
10 Miguel Couto — Rio de Janeiro.
11 Nelson Maculan — Paraná.
12 Saulo Ramos — Santa Catarina.
13 Nogueira da Gama — Minas Gerais.
Licenciado o Sr. Leônidas Mello — (Piauí). Em exercício o Suplente, Sr. Mendonça Clark (PR).

PARTIDO LIBERTADOR

1 Novaes Filho — Pernambuco.
2 Aloisio de Carvalho — Bahia.
3 Mem de Sá — Rio Grande do Sul

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

1 José Maynard — Sergipe.

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL

1 Lino de Matos — São Paulo.

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR

1 Paulo Fender — Pará.

PARTIDO REPUBLICANO

1 Mendonça Clark — Piauí.

SEM LEGENDA

Dix-Huit Rosado — Rio Grande do Norte.

COMISSÕES PERMANENTES

Comissão Diretora

Moura Andrade — Presidente
Argemiro de Figueiredo
Gilberto Marinho
Mourão Vieira
Novaes Filho
Mathias Olympio
Guido Mondin
Joaquim Parente (9)
Rui Palmeira

Comissão de Constituição e Justiça

PSD — Jefferson de Aguiar — Presidente
UDN — Milton Campos — Vice-Presidente
PSD — Silvestre Péricles
PSD — Ruy Carneiro
PSD — Lobão da Silveira
UDN — Heribaldo Vieira
UDN — Afonso Arinos
UDN — Afrânio Lages
PTB — Lourival Fontes
PTB — Nogueira da Gama
PL — Aloisio de Carvalho (11)

SUPLENTE

PSD — 1 Ary Vianna
PSD — 2 Benedito Valladares
PSD — 3 Gaspar Velloso
PSD — 4 Menezes Pimentel
UDN — 1 João Villasboas
UDN — 2 Daniel Krieger
UDN — 3 Sérgio Marinho
UDN — 4 Lopes da Costa
PTB — 1 Barros Carvalho
PTB — 2 Lima Teixeira
PL — 1 Mem de Sá

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas
Secretário: José Soares de Oliveira Filho.

Comissão de Economia

PSD — Gaspar Velloso — Presidente
PTB — Fausto Cabral — Vice-Presidente
UDN — Sérgio Marinho
UDN — Fernandes Fávora
UDN — De Caro
UDN — João Arruda
PSD — Alô Guimarães
PSD — Paulo Fender
PTB — Nogueira da Gama (9)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 93, DE 1962

(Nº 4.240-B, DE 1962, NA CÂMARA)

ANEXO Nº 4 — PODER EXECUTIVO

4.10 — MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

(Demonstração da Despesa por Verbas e Consignações)

DESPESAS ORDINARIAS	FIXA	VARIÁVEL	TOTAL
	Cr\$	Cr\$	Cr\$
VERBA 1.0.00 — Custeio			
Consignações:			
1.1.00 — Pessoal Civil	7.344.303.000	79.200.000	7.423.503.000
1.2.00 — Pessoal Militar	7.172.200.000	11.514.000.000	18.686.200.000
1.3.00 — Material de Consumo e de Transformação	—	3.573.000.000	3.573.000.000
1.4.00 — Material Permanente	—	323.400.000	323.400.000
1.5.00 — Serviços de Terceiros	—	729.450.000	729.450.000
1.6.00 — Encargos Diversos	—	4.054.400.000	4.054.400.000
Total da Verba 1.0.00	14.516.503.000	20.273.450.000	34.789.953.000
VERBA 2.0.00 — Transferências			
Consignações:			
2.1.00 — Auxílios e Subvenções	33.720.000	111.000.000	144.720.000
2.3.00 — Inativos	3.408.000.000	—	3.408.000.000
2.4.00 — Pensionistas	192.000.000	187.000.000	379.000.000
Total da Verba 2.0.00	3.633.720.000	298.000.000	3.931.720.000
Total das Despesas Ordinárias		38.721.673.000	
DESPESAS DE CAPITAL			
VERBA 3.0.00 — Desenvolvimento Econômico e Social			
Consignações:			
3.1.00 — Serviços em Regime Especial de Financiamento		1.250.000.000	1.250.000.000
Total da Verba 3.0.00		1.250.000.000	1.250.000.000
VERBA 4.0.00 — Investimentos			
Consignações:			
4.1.00 — Obras		4.732.000.000	4.732.000.000
4.2.00 — Equipamentos e Instalações		3.451.236.000	3.451.236.000
4.3.00 — Desapropriação e Aquisição de Imóveis		200.000.000	200.000.000
Total da Verba 4.0.00		8.383.236.000	8.383.236.000
Total das Despesas de Capital		9.633.236.000	
TOTAL GERAL			48.354.909.000

4.10 — MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

DOTAÇÃO

Rubricas da Despesa

Fixa

Variável

Cr\$

Cr\$

DESPESAS ORDINARIAS

VERBA 1.0.00 — CUSTEIO

CONSIGNAÇÃO 1.1.00 — Pessoal Civil

Subconsignações:

1.1.01 — Vencimentos	4.830.000.000	
1.1.05 — Auxílio para diferença de caixa ..	504.000	
1.1.06 — Auxílio-doença		3.150.000
1.1.07 — Ajuda de custo		9.000.000
1.1.08 — Diárias		20.000.000
1.1.10 — Diferença de vencimentos	3.910.000	
1.1.12 — Salário-família	2.210.000.000	
1.1.13 — Gratificação de função	79.800.000	
1.1.14 — Gratificação pelo exercício do magistério	5.689.000	
1.1.15 — Gratificação pela prestação de serviço extraordinário		1.400.000
1.1.16 — Gratificação pela representação de gabinete		800.000
1.1.18 — Gratificação pela execução de trabalho de natureza especial, com risco de vida ou saúde		44.800.000
1.1.19 — Gratificação pela execução de trabalho técnico ou científico		50.000
1.1.21 — Gratificação adicional por tempo de serviço	168.000.000	
1.1.25 — Gratificação de tempo integral ..	100.000	
1.1.26 — Gratificação especial de nível universitário	46.200.000	
1.1.29 — Abono (Lei n.º 4.069, de 11 de junho de 1962)	100.000	
	7.344.303.000	79.200.000

Total da Consignação 1.1.00 7.423.503.000

CONSIGNAÇÃO 1.2.00 — Pessoal Militar

Subconsignações:

1.2.01 — Vencimentos de oficiais	1.540.000.000	
1.2.02 — Vencimentos de praças	4.060.000.000	
1.2.03 — Etapas para alimentação		5.775.000.000
1.2.04 — Gratificações militares		5.390.000.000
1.2.05 — Ajuda de custo		120.000.000
1.2.06 — Diárias		300.000.000
1.2.07 — Abono de família	1.560.000.000	
1.2.08 — Auxílio para funeral		1.000.000
1.2.09 — Ajuda para fardamento		28.000.000
1.2.11 — Gratificação nível universitário ..	100.000	
1.2.12 — Diferença de vencimentos (Decreto n.º 807, de 30-3-62)	12.000.000	
1.2.13 — Abono (Lei n.º 4.069, de 11 de junho de 1962)	100.000	
	7.172.200.000	11.514.000.000

Total da Consignação 1.2.00 18.686.200.000

CONSIGNAÇÃO 1.3.00 — Material de Consumo e de Transformação

Subconsignações:

1.3.02 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação	100.000.000	
1.3.03 — Material de limpeza, conservação e desinfecção	65.000.000	
1.3.04 — Combustíveis e lubrificantes	2.000.000.000	
1.3.05 — Materiais e acessórios de máquinas de viaturas e de aparelhos ..	200.000.000	
1.3.08 — Gêneros de alimentação; artigos para fumantes	40.000.000	
1.3.09 — Material para serviços de acampamento e de campanha; munições	80.000.000	
1.3.10 — Matérias-primas e produtos manufaturados ou semimanufaturados destinados a qualquer transformação	500.000.000	
1.3.11 — Produtos químicos, biológicos, farmacêuticos e odontológicos; artigos cirúrgicos e outros de uso nos laboratórios	70.000.000	

DOTAÇÃO

Variável

Cr\$

- 1.3.13 — Vestuários, uniformes, equipamentos e acessórios; roupa de cama, mesa e banho
- 1.3.14 — Material para acondicionamento e embalagem
- 1.3.15 — Lâmpadas incandescentes e fluorescentes

500.000.000

15.000.000

3.000.000

Total da Consignação 1.3.00

3.573.000.000

CONSIGNAÇÃO 1.4.00 — Material Permanente

Subconsignações:

1.4.01 — Animais destinados a trabalho, produção, criação e a outros fins	400.000
1.4.03 — Material bibliográfico em geral; filmes	7.000.000
1.4.04 — Ferramentas e utensílios de oficinas	35.000.000
1.4.05 — Materiais e acessórios para instalações elétricas	30.000.000
1.4.06 — Materiais e acessórios para instalações, conservação e segurança dos serviços de transporte, de comunicação, de canalização e de sinalização; material para extinção de incêndio	40.000.000
1.4.07 — Material de acampamento, de campanha e de paraquedismo; armamento	70.000.000
1.4.08 — Material artístico; instrumentos de música; insígnias, flâmulas e bandeiras	5.000.000
1.4.09 — Utensílios de copa, cozinha, dormitório e enfermaria	70.000.000
1.4.10 — Viaturas de pequeno porte	1.000.000
1.4.11 — Modelos e utensílios de escritório, biblioteca, ensino, laboratório e gabinete técnico ou científico	25.000.000
1.4.12 — Mobiliário em geral	40.000.000

Total da Consignação 1.4.00

823.400.000

CONSIGNAÇÃO 1.5.00 — Serviços de Terceiros

Subconsignações:

1.5.01 — Acondicionamento e transporte de encomendas, cargas e animais em geral	100.000.000
1.5.02 — Passagens, transporte de pessoas e de suas bagagens; pedágios	80.000.000
1.5.03 — Assinatura de órgãos oficiais e de recortes de publicações periódicas	3.250.000
1.5.04 — Iluminação, força motriz e gás ..	100.000.000
1.5.05 — Serviços de asseio e higiene; taxas de água, esgoto e lixo, taxas municipais	12.000.000
1.5.06 — Reparos, adaptações, recuperação e conservação de bens móveis	60.000.000
1.5.07 — Publicações, serviços de impressão e de encadernação	10.000.000
1.5.08 — Serviços clínicos e de hospitalização	40.000.000
1.5.09 — Serviços funerários	1.000.000
1.5.11 — Telefone, telefonemas, telegramas, radiogramas, porte postal e assinatura de caixas postais; instalação, conservação e manutenção de serviços de Telex	40.000.000
1.5.12 — Aluguel ou arrendamento de imóveis; fóros e despesas de condomínio	7.000.000
1.5.13 — Seguros em geral	1.200.000
1.5.14 — Outros serviços contratuais:	
1) Manutenção e conservação de pátios de estacionamento, estações de passageiros e aeroportos	80.000.000
2) Serviços de manutenção de aeronaves, seus motores e acessórios	200.000.000
3) Cota do Ministério da Aeronáutica na Administração e manutenção do Aeroporto de Campinas (Viracopos), conforme convênio assinado entre o referido Ministério e o Governo do Estado de São Paulo ...	5.000.000

Total da Consignação 1.5.00

429.450.000

4.10 — MINISTÉRIO DA AERONAUTICA

Rubricas da Despesa	DOTAÇÃO Variável Cr\$
CONSIGNAÇÃO 1.6.00 — Encargos Diversos	
Subconsignações:	
1.6.01 — Despesas miúdas de pronto pagamento	3.000.000
1.6.03 — Prêmios, diplomas, condecorações e medalhas	2.000.000
1.6.04 — Festividades, recepções, hospedagens e homenagens	6.000.000
1.6.10 — Serviços de caráter secreto ou reservado	1.000.000
1.6.11 — Seleção, aperfeiçoamento e especialização de pessoal	3.000.000
1.6.13 — Serviços educativos e culturais:	
1) Bolsas de Estudo para o Centro Técnico de Aeronáutica ..	3.000.000
2) Diversos	8.000.000
1.6.15 — Representação e propaganda no Exterior	12.000.000
1.6.19 — Despesas gerais com a Defesa Nacional	
1) Execução da lei do serviço militar e incremento da instrução militar	400.000
2) Manobras militares	1.000.000
3) Instalações de novas unidades, repartições e estabelecimentos militares	10.000.000
4) Serviços relativos ao transporte de aviões, material aéreo e de segurança à navegação aérea	1.000.000
5) Funcionamento do Centro Técnico de Aeronáutica, inclusive remuneração de técnicos e professores nacionais e estrangeiros	400.000.000
6) Funcionamento do Instituto Tecnológico de Aeronáutica, inclusive remuneração de técnicos e professores nacionais e estrangeiros	315.000.000
7) Operação e manutenção dos serviços de segurança e proteção ao voo, da Diretoria de Rotas Aéreas	350.000.000
8) Manutenção de aeroportos, bases aéreas, campos de pouso, edifícios, dependências e instalações dos demais estabelecimentos civis e militares	400.000.000
9) Funcionamento do Serviço de Saúde da Aeronáutica, inclusive equipamento de enfermagem	60.000.000
10) Operação, manutenção e funcionamento das Estações de Passageiros dos Aeroportos Internacionais, Aduaneiros e Nacionais, que possuam pistas de pouso pavimentadas em asfalto ou concreto de cimento, inclusive suas dependências e instalações, a cargo da Diretoria de Aeronáutica Civil	60.000.000
11) Aquisição de material aeronáutico de importação, destinado ao aparelhamento e segurança da Força Aérea Brasileira	1.730.000.000
12) Fábrica do Galeão, para sua manutenção	300.000.000
13) Fomento da indústria aeronáutica	20.000.000
1.6.23 — Diversos	
1) Programa de Contrôlo do Tráfego Aéreo, a cargo da Diretoria de Rotas Aéreas, previsto no acordo bilateral, firmado entre os representantes do Ponto IV do Governo dos Estados Unidos da América e do Governo Brasileiro, nos termos dos Acordos Básicos sobre Cooperação Técnica e o de Programas de Serviços Técnicos Especiais, aprovados pelo Congresso Nacional, através o Decreto Legislativo nº 16, de 1959	100.000.000

Rubricas da Despesa	DOTAÇÃO Fixa Cr\$	DOTAÇÃO Variável Cr\$
2) Programa de ensino de engenharia aeronáutica, a cargo do Instituto Tecnológico de Aeronáutica em São José dos Campos previsto no acordo bilateral firmado entre o representante do Ponto IV do Governo dos Estados Unidos da América e do Governo Brasileiro nos termos dos Acordos Básicos sobre Cooperação Técnica e o de Programas de Serviços Técnicos Especiais, aprovados pelo Congresso Nacional, através o Decreto Legislativo nº 16, de 1959		30.000.000
2) Manutenção de Aeronaves		200.000.000
Total da Consignação 1.6.00		4.054.400.000
Total da Verba 1.0.00	34.789.953.000	

VERBA 2.0.00 — TRANSFERÊNCIAS

CONSIGNAÇÃO 2.1.00 — Auxílios e Subvenções

Subconsignações:

2.1.01 — Auxílios

6 — Fundações criadas pela União

1) Fundação Osório (Decreto-lei nº 8.917, de 28 de janeiro de 1946)

19.000.000

7 — Outras entidades (mediante convênio):

1) Instituto Brasileiro Aeronáutico

150.000

2) União dos Escoteiros do Brasil (Decreto-lei número 8.828, de 24 de janeiro de 1946), para desenvolvimento do esculismo do ar

450.000

3) Sociedade Brasileira de Direito Aeronáutico

120.000

4) Escola de Aperfeiçoamento e Preparação da Aeronáutica Civil (EAPAC)

3.000.000

5) Fundação Santos Dumont, São Paulo

20.000.000

2.1.02 — Subvenções ordinárias

7 — Outras entidades

1) Aos clubes e escolas de aviação (Decreto número 11.278, de 8 de janeiro de 1943)

7.600.000

01 — Acre

3.600.000

02 — Alagoas

Aeroclube de Macaé

1.600.000

Aeroclube de Penedo

1.000.000

Aeroclube de Palmeira dos Índios

1.000.000

3.600.000

03 — Amapá:

Aeroclube de Macapá

1.000.000

04 — Amazonas:

Aeroclube de Manaus

2.600.000

05 — Bahia:

Aeroclube de Salvador

1.300.000

Aeroclube de Feira de Santana

1.200.000

Aeroclube de Itacarai

1.000.000

3.600.000

4.10 — MINISTÉRIO DA AERONAUTICA

Rubricas da Despesa	DOTAÇÃO	
	Fixa Cr\$	Variável Cr\$
06 — Crara:		
Aeroclube de Fortaleza		3.600.000
08 — Espírito Santo		3.600.000
10 — Goiás:		
Aeroclube de Goiânia	1.200.000	
Aeroclube de Anápolis	1.200.000	
Aeroclube de Porto Nacional	1.200.000	3.600.000
11 — Guanabara:		
Aeroclube de Maranguinhos		3.600.000
12 — Maranhão:		
Aeroclube de São Luiz	2.600.000	
Aeroclube de Carolina	1.000.000	3.600.000
13 — Mato Grosso:		
Aeroclubes de Cuiabá, Ponta Preta, Aquidauana, Três Lagoas, Campo Grande e Corumbá		3.600.000
14 — Minas Gerais:		
Aeroclube de Araguari	900.000	
Aeroclube de Uberlândia	900.000	
Aeroclube de Patos de Minas	900.000	
Aeroclube de Paraisópolis	900.000	3.600.000
15 — Pará:		
Aeroclube de Belém	2.600.000	
Aeroclube de Santarém	1.000.000	3.600.000
16 — Paraíba:		
Aeroclube de Campina Grande	1.200.000	
Aeroclube de Cajazeiras	1.200.000	
Aeroclube de Areia	1.200.000	3.600.000
17 — Paraná:		
Aeroclube de Curitiba	900.000	
Aeroclube de Maringá	900.000	
Aeroclube de Ponta Grossa	900.000	
Aeroclube de Guapiruvá	900.000	3.600.000
18 — Pernambuco:		
Aeroclubes de Encanta Moça (Recife), Catende e Vitória de Santo Antão		3.600.000
19 — Piauí:		
Aeroclubes de Teresina, Parnaíba, Floriano e Corrente		3.600.000
20 — Rio Branco		1.000.000
21 — Rio de Janeiro:		
Aeroclube de Pádua		3.600.000
22 — Rio Grande do Norte:		
Aeroclube de Natal	1.600.000	
Aeroclube de Currais Novos	1.000.000	
Aeroclube de Mossoró	1.000.000	3.600.000

Rubricas da Despesa	DOTAÇÃO	
	Fixa Cr\$	Variável Cr\$
23 — Rio Grande do Sul:		
Aeroclubes de Porto Alegre, Santa Cruz do Sul, Estrela, São Lourenço do Sul, Garibaldi, Cruzeta, Venâncio Aires, Getúlio Vargas, Lagoa Vermelha, Bento Gonçalves, Veranópolis, Erechim, Alegrete, São Leopoldo, Sapiranga, Iraí, Santo Angelo, Tenente Portela, Santo Maria, Cruz Alta, Cachoeira do Sul, Frederico Westphalen, Rosário do Sul, Palmeira das Missões, Sobradinho, Rio Pardo e Federação dos Aeroclubes do Rio Grande do Sul ..		3.600.000
24 — Rondônia		1.000.000
25 — Santa Catarina:		
Aeroclube de Florianópolis	400.000	
Aeroclubes de Joinville, Lajes, Chapecó, Joazeiro, Blumenau, Tubarão, Criciúma, Itajaí, Laguna e São Joaquim sendo, Cr\$ 320.000,00 para cada)	3.200.000	3.600.000
26 — São Paulo:		
Aeroclubes de Ribeirão Preto, Dois Córregos, Jaú, Araraquara, Bauru, Jaboticabal, Promissão, Lins, Boquim, São José do Rio Preto, Jundiaí, Estância, Rio Claro, Ipirá, Itápolis, Jardinópolis, Tourinha, Piracicaba, Lençóis Paulista, Capivari, Lucélia, Morro Agudo, São Pedro e Agudos (sendo Cr\$ 150.000,00 para cada)		3.600.000
27 — Sergipe		3.600.000
		90.000.000

3) As empresas brasileiras concessionárias de transporte aéreo que mantêm linhas na conformidade do Decreto-lei nº 9.793, de 6 de setembro de 1946

33.720.000 111.000.000

144.720.000

CONSIGNAÇÃO 2.3.00 — Inativos

Subconsignações:

2.3.01 — Funcionários aposentados e jubilados; reformados, inválidos, assilados e pessoal da reserva	2.940.000.000
2.3.05 — Abono de família (Lei nº 1.316, de 20 de janeiro de 1951, art. 239, parágrafo único, do C.V.V.M.) ..	468.000.000
Total da Consignação 2.3.00	3.408.000.000

4.10 — MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Rubricas de Despesa	DOTAÇÃO	
	Fixa Cr\$	Variável Cr\$
CONSIGNAÇÃO 2.4.00 — Pensionistas		
Subconsignações:		
2.4.01 — Pensões de montepio, meio soldo e diversos	140.000.000	
2.4.03 — Abono provisório e novas pensões		182.000.000
2.4.04 — Salário-família	52.000.000	
2.4.05 — Diversos		
1) Pensões de exercícios findos (Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, art. 2º, § 2º, e art. 32; Decreto nº 49.096, de 10 de outubro de 1960, art. 59)		5.000.000
	192.000.000	187.000.000
Total da Consignação 2.4.00	379.000.000	
Total da Verba 2.0.00	3.931.720.000	
Total das Despesas Ordinárias ..	33.721.673.000	
DESPESAS DE CAPITAL		
VERBA 3.0.00 — DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL		
CONSIGNAÇÃO 3.1.00 — Serviços em Regime Especial de Financiamento		
Subconsignações:		
3.1.03 — Desenvolvimento na produção		
1) Manutenção das Granjas e Fazendas do Ministério		5.000.000
3.1.15 — Fundo Aeronáutico		
1) 15% do produto da taxa de despacho aduaneiro (Lei número 3.244, de 14 de agosto de 1957, art. 66)		1.245.000.000
Total da Consignação 3.1.00		1.250.000.000
Total da Verba 3.0.00		1.250.000.000
VERBA 4.0.00 — INVESTIMENTOS		
CONSIGNAÇÃO 4.1.00 — Obras		
Subconsignações:		
4.1.01 — Estudos e projetos		10.000.000
4.1.02 — Início de obras		40.000.000
4.1.03 — Prosseguimento e conclusão de obras		363.000.000
1) Prosseguimento da construção da Escola de Aeronáutica de Pirassununga, São Paulo		600.000.000
2) Prosseguimento das obras e ampliações militares no Aeroporto de Barbacena — Minas Gerais		5.000.000
4) Para conclusão da construção de alojamentos para alunos, com as salas de aulas correspondentes na Escola Preparatória de Cadetes do Ar de Barbacena		30.000.000
3) Prosseguimento das obras dos seguintes hospitais da Aeronáutica:		
Hospital de Fortaleza — Ceará ..	25.000.000	
Hospital de Recife — Pernambuco ..	25.000.000	
Hospital de Natal (R.G.N.) ..	15.000.000	
Hospital de Porto Alegre (R. G. S.) ..	10.000.000	75.000.000
5) Diretamente em convênio com o D. N. E. E. ou outro órgão do Governo Federal, ou em colaboração com o Estado ou a Prefeitura, a construção de campo ou pista de pouso, ampliação, encascalhamento, estação de passageiros e obras de acesso aos aeroportos:		
01 — Acre		5.000.000

Rubricas de Despesa	DOTAÇÃO	
	Fixa Cr\$	Variável Cr\$
02 — Alagoas:		
Anádia, Arapiraca, Batalha, Colônia, Leopoldina, Coruripe, Delmiro Gouveia, Junqueiro, Limoeiro da Anádia, Major Isidoro, Mata Grande, Matriz de Camaragibe, Olho d'Água das Flores, Piassabuçu, Piranhas, Porto Calvo, Porto das Pedras, Quebrângulo, Santana do Ipanema, São Braz, São José da Laje, São Miguel dos Campos, Traipu, União dos Palmares, Viçosa, Pão de Açúcar, Palmeira dos Índios, Ponta Grossa		6.000.000
03 — Amapá:		
Jarilandia, Vila Velha do Cassiporé, Cunani		2.000.000
04 — Amazonas:		
Parintins, Itacoatiara, Manicoré, Coari (sendo Cr\$ 3.500.000,00 para cada); Boca do Acre, Maués, Borba, Uricurituba, Autazes e Pedras (sendo Cr\$ 3.000.000,00 para cada) ..		32.000.000
05 — Bahia:		
Ibicaraí	2.500.000	
Ituaçu	2.500.000	
Platan	2.500.000	
Mundo Novo	2.500.000	
Porto Seguro	2.500.000	
Itanhém	2.500.000	
Itacaré	2.500.000	
Saúde	2.500.000	20.000.000
06 — Ceará:		
Morada Nova	2.000.000	
Granja	2.000.000	
São Benedito	2.000.000	
Ico	1.500.000	
Pedra Branca	1.500.000	
Baturité	1.500.000	
Nova Russas	1.500.000	
Várzea Alegre	1.500.000	
Massape	1.500.000	
Cascavel	1.500.000	
Tianguá	1.000.000	
Guaraciaba do Norte	1.500.000	
Tamboril	1.000.000	20.000.000
08 — Espírito Santo:		
Linhares, Ecoporanga, Alegre, Afonso Cláudio, Guaçu, São Mateus, Barra de São Francisco, Conceição da Barra ..		10.000.000
10 — Goiás:		
Palmeiras de Goiás	2.000.000	
Ipameri	4.500.000	
Lizarda	4.500.000	
Iporá	4.500.000	
Anicuns	4.500.000	20.000.000
11 — Guanabara		
12 — Maranhão:		
Coroatá	1.430.000	
Tutuaçu	1.430.000	
Anajatuba	1.430.000	
Bequimão	1.430.000	
Coelho Neto	1.430.000	
Loreto, São Raimundo das Mangabeiras ..	1.420.000	
Riachão, Grajaú	1.430.000	10.000.000
13 — Mato Grosso:		
Leverger, Mimoso, Barra dos Bugres, Nortelândia, Arenópolis, Alto Garças, Mutum, Rondonópolis, Rio Verde, Poxoréu, Ponte Branca	10.000.000	
Miranda	2.500.000	
Porto Murinho	2.500.000	
Tesouro	2.500.000	
Maracaju	2.500.000	20.000.000

4.10 — MINISTÉRIO DA AERONAUTICA

Rubricas de Despesa	DOTAÇÃO	
	Fixa Cr\$	Variável Cr\$
14 — Minas Gerais:		
Rio Pomba		5.000.000
São João Nepomuceno		2.000.000
Minas Novas, Capelinha, Itaamarandiba, Arasaui, Novo Cruzeiro, Varagem da Lapa, Sociedade de Minas, Conceição do Rio Verde, Nanuque, Virgolândia, Virgolândia, Rio Casca, Capelinha, Carlos Chagas, Itamabacui, Alfenas, Corinto, Governador Valadares, Tupaciguara, Sete Lagoas, Fouso Alegre, Três Cortes, Dumont, Iturama, Almenara, Caxambu, Raul Soares, Sabinópolis, Guanhães, Damantina, Conceição do Mato Dentro, Dom Joaquim, Santa Maria do Suassui, São João Evangelista, Coluna, São Sebastião do Maranhão, Passos, Guapé, Boa Esperança, Campos Gerais, Alfenas, Carmo do Rio Claro, Coqueiral, Muriaé, Campo Belo, Pegaonha, Ferros, Nova Era, Conselheiro Fabiano, Carmo do Paranaíba, São Gotardo, Dorcas do Indaiá, Abaete, Formiga, Bom Despacho, Campos Altos, Campanha, Carangola, Conselheiro Pena, Comandante Jacutinga, Lajinha, Monte Carmelo, Ouro Preto, Pedra Azul, Varginha, Bocaiuva, Santa Cruz do Escalvado, Francisco Sá, Lavras, Brasília de Minas, Espinosa, Buenópolis, Porteirinha, Mangatuba, Muzambinho, Frutal, Campina Verde, Piranga, Unaí, Bom Jesus do Galho, Conselheiro Lafaiete, Canóias, Visconde do Rio Branco, Presidente Bernardes, Ervália, Viçosa, Carlos Chagas, São João del Rei, Itajubá, Alameda, Paraíba, Ouro Fino, Paraisópolis, Poços de Caldas, Ipanema, Manhuaçu, Presidente Soares		23.000.000
		30.000.000
15 — Pará:		
Marabá	5.000.000	
Bragança, Cametá, Santarém, Abaetetuba, Monte Alegre, Souza, Alenquer, Almerim, Breves, Baião, Ponta de Pedras, Óbidos, Magalhães Barata, Altamira, Prainha, Fátima e Porto de Moz	15.000.000	20.000.000
16 — Paraíba:		
São Mamede, Solânea, Catolé do Rocha, Princesa e Rio Tinto (sendo Cr\$ 1.000.000,00 para cada)		5.000.000
17 — Paraná:		
Pitanga, Palmital, Ortigueira, Lavrinhas (sendo Cr\$ 1.250.000,00 para cada); Toledo, Laranjeiras do Sul, Chopinzinho, Barracão, Pato Branco, Guaratuba, Terra Boa, Capanema, Guaraniaçu, Tamborá,		

Rubricas de Despesa	DOTAÇÃO	
	Fixa Cr\$	Variável Cr\$
Guaiara, União da Vitória, Faxinal, Tibagi, Astorga, Rolândia, Arapongas, Bandeirantes, Ribeirão do Pinhal, Ribeirão Claro, Paraíso do Norte, Gaúcha, Monte Castelo, Icaraima, Manhué		10.000.000
18 — Pernambuco:		
Timbaúba	5.000.000	
Afrânio	3.000.000	
Tuparetama	2.000.000	10.000.000
19 — Piauí:		
Parnaguá, Caracol	3.300.000	
Bom Jesus, Luzilândia, Corrente	3.300.000	
Piracuruca	1.000.000	
Pedro II, Picos, Piripiri, Pôrto, São Miguel, do Tapuio	2.400.000	10.000.000
20 — Rio Branco:		
Caracarai		5.000.000
21 — Rio de Janeiro:		
Rezende	5.000.000	
Macaé	3.000.000	
Parati	2.000.000	10.000.000
22 — Rio Grande do Norte:		
Parelhas, Jucurutu, Acari, Alexandria, Augusto Severo, São Miguel, Lagés, Pedro Avelino, São Tomé, Areia Branca, Nova Cruz, São Paulo Potengi, São Tomé, Port Alegre, Touros, Congararetama, Japi, São José do Campestre, Pedro Velho, Santo Antônio, Apodi, Almino Afonso, Patu, Martins, Açú, Pau dos Ferros		5.000.000
23 — Rio Grande do Sul:		
Bento Gonçalves, Venâncio Aires, Cacequi, São Francisco de Assis, Herval do Sul, Encruzilhada do Sul, Frederico Westphalen, Três Passos, Júlio de Castilhos, Três de Maio, Penambi, Horizontina, Pôrto Lucena, Gramado, Cerro Largo, Tenente Portela, Rolante, Sapiranga, Campo Novo, Santo Cristo, Jaguarão, São Gabriel, Livramento, Ijuí, Cruz Alta, Sarandi, Santa Rosa, Curiaci, São Leopoldo, São Francisco de Paulo, Santa Cruz do Sul, Getúlio Vargas, Lageado, Montenegro, São Sebastião do Cai, Estrela, São Lourenço, Garibaldi, Sobradinho, Soledade, Cerro Largo, Santo Angelo		20.000.000
24 — Rondônia		5.000.000
25 — Santa Catarina:		
Vidal Ramos, São Joaquim, Curitibanos, São Miguel d'Oeste, Videira		10.000.000
26 — São Paulo:		
Monte Alto	3.000.000	
Adamantina, Altinópolis, Americana, Andradina, Apiaí, Agudos, Assis, Atibaia, Amparo, Avaré, Arujá, Anhunas, Barra Bonita, Bebedouro, Birigui, Bocaina, Bragança Paulista, Brotas, Bo-		

4.10 - MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Rubricas da Despesa	DOTAÇÃO	
	Fixa Cr\$	Variável Cr\$
tucatu, Caconde, Tajo- bi, Cafelândia, Cajuru, Casa Branca, Caisiras, Capivaré, Catanduva, Caraguatatuba, Char- queada, Cruzeiro, Cunha, Conchas, Cru- zeiro, Campos do Jor- dão, Canela, Dourado, Dracena, Franca, Far- tura, Franco Rocha, Guariba, Guararapes, Guarulhos, Ibirá, Ibi- tinga, Iacri, Irapuru, Igarapava, Ibiúna, Iga- ratá, Inhumbu, Ituvera- va, Itirapina, Itapva, Itatiba, Itapetininga, Itápolis, Itararé, Itu, Itariri, Joanópolis, Jam- beiro, Jaci, Jardinópo- lis, Jaboticabal, Jacareí, Jundiaí, Juquía, Lavi- nia, Leme, Lençóis Pau- lista, Lucélia, Lins, Lo- rena, Luiz Antônio, Ma- rília, Mogi-Mirim, Mor- ro Agudo, Mairinque, Miguelópolis, Mogi das Cruzes, Mococa, Monte Azul Paulista, Nativida- de da Serra, Nova Gra- nada, Novo Horizonte, Nuporanga, Olimpia, Orlândia, Ourinho, Os- waldo Cruz, Pacaembu, Palmital, Paraguaçu, Paulista, Penápolis, Pie- dade, Pindamonhaga- ba, Pinhal, Piracicaba, Pirajui, Piquete, Pira- ju, Pompéia, Palestina, Pirajui, Porto Epitácio, Porto Feliz, Presidente Epitácio, Presidente Alves, Porto Ferreira, Poá, Presidente Wen- ceslau, Queluz, Ribeirão Prêto, Registro, Rino- polis, Riolândia, Rio Claro, Ribeirão Pires, Salto, Santa Adélia, Santa Cruz do Rio Par- do, São Joaquim da Barra, Santa Isabel, São Bernardo do Cam- po, São José da Bela- Vista, São Sebastião, Santo André, São Cae- tano, Santo Anastácio, São João do Rio Prê- to, Sabino, São Pedro, São Carlos do Sul, São Manoel, São Vicente, São Luiz do Paritanga, San- tos, São José do Rio Pardo, São José dos Campos, São Roque, São José do Rio Prêto, São Sebastião, São Si- mão, Sertãozinho, Ser- ra Negra, Severina, Serra Nova, Sorocaba, Suzano, Tupi Paulista, Tupã, Tourinhos, Taubaté, Terra Roxa, Taubaté, Tietê, Ubatuba, Vargem Grande do Sul, Vinhedo.	27.000.000	30.000.000
27 - Sergipe:		
Estância, Propriá, São Cristóvão		5.000.000
6) Prosseguimento e conclusão de obras, diretamente em convênio com o D. N. E. R., ou outro órgão do Governo Federal, ou colaboração com o Estado, e ampliação e pavimentação de pistas, pátios, construção de es- tações de passageiros, obras de acesso e conservação de aéro- portos:		349.000.000
Acre (Rio Branco)		50.000.000
Alegrete		20.000.000

Rubricas da Despesa	DOTAÇÃO	
	Fixa Cr\$	Variável Cr\$
Anápolis		20.000.000
Araraquara		10.000.000
Araxá		50.000.000
Bagé		10.000.000
Barbacena		30.000.000
Balsas		10.000.000
Barreiras		20.000.000
Bauru		10.000.000
Belém		50.000.000
Belmonte		10.000.000
Belo Horizonte		50.000.000
Boa Vista		15.000.000
Brasília		40.000.000
Caçador		20.000.000
Cachoeiro do Itapemirim		10.000.000
Caicó		10.000.000
Cajazeiras		20.000.000
Campina Grande		50.000.000
Campinas		100.000.000
Campo Grande		50.000.000
Campo Mourão		20.000.000
Canavieiras		27.000.000
Carolina		30.000.000
Cascavel		10.000.000
Catalão		10.000.000
Catolê do Rocha		10.000.000
Caxias		15.000.000
Caxias do Sul		10.000.000
Chapeço		15.000.000
Colatina		15.000.000
Corumbá		50.000.000
Crato - Juazeiro do Norte		30.000.000
Crateús		10.000.000
Cruz Alta		20.000.000
Culabá		30.000.000
Curitiba		10.000.000
Currais Novos		10.000.000
Cururupu		10.000.000
Dianópolis		10.000.000
Erechim		20.000.000
Feira de Santana		15.000.000
Florianópolis		30.000.000
Fortaleza (Ampliação da esta- ção de passageiros e obras no aeroporto)		60.000.000
Foz do Iguaçu		60.000.000
Galeão		400.000.000
Garanhuns		10.000.000
Gilbués		20.000.000
Goiania		20.000.000
Governador Valadares		20.000.000
Guarapuava		20.000.000
Guaratinguetá		10.000.000
Iguatu		30.000.000
Itabuna		40.000.000
Itajaí, inclusive estradas de acesso ao novo aeroporto		30.000.000
Itambacuri		10.000.000
Itapetitinga		20.000.000
Ituiutaba		20.000.000
Jaguaiquara		10.000.000
Januária		20.000.000
Jequié		20.000.000
Joaçaba		15.000.000
João Pessoa		50.000.000
Joinville		30.000.000
Juiz de Fora		20.000.000
Lajes		25.000.000
Limeiro do Norte		10.000.000
Macapá		20.000.000
Marília		10.000.000
Maringá		35.000.000
Montes Claros		30.000.000
Mossoró		30.000.000
Palmares (Maceió)		30.000.000
Paranaguá		20.000.000
Parnaíba		30.000.000
Passo Fundo - Carazinho		20.000.000
Patos de Minas		20.000.000
Patrocinio		20.000.000
Penedo		10.000.000
Petrolina (PE)		50.000.000
Pocos de Caldas		50.000.000
Ponta Grossa		25.000.000
Ponta Pelada (Manaus), inclusi- ve para estudos e obras ini- ciais referentes à construção de nova pista nos arredores de Manaus, para aterrissagem e decolagem de aviões a jato		83.000.000
Ponta Porã		10.000.000
Porto Alegre		30.000.000
Porto Nacional		20.000.000
Porto União		10.000.000
Porto Velho (Rondônia)		20.000.000
Presidente Prudente		10.000.000
Quixadá		10.000.000
Recife		100.000.000

4.10 - MINISTERIO DA AERONAUTICA

Rubricas da Despesa	DOTAÇÃO	
	Fixa Cr\$	Variável Cr\$
Ribeirão Preto		10.000.000
Rio Verde		10.000.000
Salvador		100.000.000
Santa Maria		10.000.000
Santo Angelo		5.000.000
Santos Dumont (Guarabara)		100.000.000
São João del Rei		30.000.000
São Luis		20.000.000
Teresina		30.000.000
Três Lagoas		20.000.000
Uberlândia		10.000.000
Uruguaiana		20.000.000
Vitória		15.000.000
Vitória da Conquista		55.000.000
		<u>3.160.000.000</u>
4.1 04 - Reparar adaptações, conservação e despesas de emergência com bens imóveis		100.000.000
Total da Consignação 4.1.00		<u>4.732.000.000</u>
CONSIGNAÇÃO 4.2.00 - Equipamentos e Instalações		
Subconsignações:		
4.2 01 - Máquinas, motores e aparelhos ..		120.000.000
4.2 03 - Camionetas de passageiros, ônibus, ambulâncias e jipes		100.000.000
4.2 04 - Autocaminhões, autobombas, ca- mionetas de carga, auto-socorro		100.000.000
4.2 06 - Tratores, equipamentos para to- dovias, implementos agrícolas		50.000.000
4.2 07 - Aeronaves		2.758.236.000
4.2 08 - Embarcações e material flutuante; dragas e material de dragagem		10.000.000

A COMISSÃO DE FINANÇAS.

Rubricas da Despesa	DOTAÇÃO	
	Fixa Cr\$	Variável Cr\$
4.2.10 - Instalações e equipamentos para obras		
1 - Modernização e aparelha- mento dos serviços de seguri- rança e proteção ao voo da Diretoria de Rotas Aéreas ..		250.000.000
2 - Prosseguimento das instala- ções hidráulicas, sanitárias e elétricas do Centro Técnico de Aeronáutica		8.000.000
3 - Para instalações elétricas hi- dráulicas, telefônicas, de abastecimento d'água e de par- tizamento noturno nas unida- des de Aeronáutica inclusive aeroporos civis e militares ..		55.000.000
Total da Consignação 4.2.00 ..		<u>3.451.236.000</u>
CONSIGNAÇÃO 4.3.00 - Desapropriação e Aquisição de Imóveis		
Subconsignações:		
4.3.02 - Prosseguimento e conclusão da desapropriação e aquisição de imóveis		200.000.000
Total da Consignação 4.3.00		<u>200.000.000</u>
Total da Verba 4.0.00		<u>8.383.236.000</u>
Total das Despesas de Capital ..		<u>9.622.236.000</u>
Total Geral		<u>48.354.909.000</u>

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 93, DE 1962

(Nº 4.210-B, DE 1962, NA CÂMARA)

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DA UNIÃO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1963

A Câmara dos Deputados aprovou, nos termos do art. 169, do Regimento Interno, o seguinte:

ANEXO Nº 4 — PODER EXECUTIVO

4.23 — ÓRGÃOS TRANSFERIDOS DA UNIÃO PARA O ESTADO DA GUANABARA

(Demonstração da Despesa por Verbas e Consignações)

DESPESAS ORDINÁRIAS	FIXA Cr\$	VARIÁVEL Cr\$	TOTAL Cr\$
VERBA 1.0.00 — Custeio			
Consignações:			
1.1.00 — Pessoal Civil	5.294.346.000	1.488.695.000	6.783.041.000
1.2.00 — Pessoal Militar	1.629.438.000	4.539.450.000	6.168.888.000
Total da Verba 1.0.00	6.923.784.000	6.028.145.000	12.951.929.000
VERBA 2.0.00 — Transferências			
Consignações:			
2.3.00 — Inativos	2.563.110.000	—	2.563.110.000
2.4.00 — Pensionistas	302.545.000	—	302.545.000
Total da Verba 2.0.00	2.865.655.000	—	2.865.655.000
Total das Despesas Ordinárias		15.817.584.000	
Total Geral		15.817.584.000	

B

4.23 — ÓRGÃOS TRANSFERIDOS DA UNIÃO PARA O ESTADO DA GUANABARA

UNIDADES	DESPESAS (Cr\$)		
	Ordinárias	De Capital	Total
01) Colônia Agrícola do Estado da Guanabara	55.577.000	—	55.577.000
02) Colônia Penal Cândido Mendes	62.060.000	—	62.060.000
03) Conselho Penitenciário do Estado da Guanabara	11.866.000	—	11.866.000
04) Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara	1.434.200.000	—	1.434.200.000
05) Departamento Estadual de Segurança Pública	4.495.400.000	—	4.495.400.000
06) Departamento de Iluminação e Gás do Estado da Guanabara	46.010.000	—	46.010.000
07) Depósito Público do Estado da Guanabara	6.150.000	—	6.150.000
08) Justiça do Estado da Guanabara	980.000.000	—	980.000.000
09) Ministério Público do Estado da Guanabara	705.412.000	—	705.412.000
10) Penitenciária Lemos de Brito	207.237.000	—	207.237.000
11) Polícia Militar do Estado da Guanabara	7.641.244.000	—	7.641.244.000
12) Presídio do Estado da Guanabara	126.240.000	—	126.240.000
13) Serviço de Bioestatística do Estado da Guanabara	9.940.000	—	9.940.000
14) Serviço de Fiscalização da Medicina e Farmácia do Estado da Guanabara	19.150.000	—	19.150.000
15) Serviço de Fiscalização de Odontologia do Estado da Guanabara	7.614.000	—	7.614.000
16) Auditoria de Justiça da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara	9.484.000	—	9.484.000
Total	15.817.584.000	—	15.817.584.000

4.23 — ORÇÃOS TRANSFERIDOS DA UNIÃO PARA O ESTADO DA GUANABARA

8

01 — COLÔNIA AGRÍCOLA DO ESTADO DA GUANABARA

Rúbricas das Despesas	DOTAÇÃO	
	Fixa Cr\$	Variável Cr\$
DESPESAS ORDINÁRIAS		
VERBA 1.0.00 — CUSTEIO		
CONSIGNAÇÃO 1.1.00 — Pessoal Civil		
Subconsignações:		
1.1.01 — Vencimentos	23.119.000	
1.1.12 — Salário Família		17.500.000
1.1.13 — Gratificação de função	12.000.000	
1.1.15 — Gratificação pela prestação de serviço extraordinário		200.000
1.1.18 — Gratificação pela execução de trabalho de natureza especial com risco de vida ou saúde		1.050.000
1.1.21 — Gratificação adicional por tempo de serviço	1.708.000	
	36.827.000	18.750.000
Total da Consignação 1.1.00	55.577.000	
Total da Verba 1.0.00	55.577.000	
Total das Despesas Ordinárias ..	55.577.000	
Total Geral	55.577.000	

02 — COLÔNIA PENAL CÂNDIDO MENDES

Rúbricas das Despesas	DOTAÇÃO	
	Fixa Cr\$	Variável Cr\$
DESPESAS ORDINÁRIAS		
VERBA 1.0.00 — CUSTEIO		
CONSIGNAÇÃO 1.1.00 — Pessoal Civil		
Subconsignações:		
1.1.01 — Vencimentos	40.128.000	
1.1.12 — Salário Família		15.000.000
1.1.13 — Gratificação de função	4.676.000	
1.1.15 — Gratificação pela prestação de serviço extraordinário		300.000
1.1.18 — Gratificação pela execução de trabalho de natureza especial com risco de vida ou saúde		616.000
1.1.21 — Gratificação adicional por tempo de serviço	1.330.000	
	46.144.000	15.916.000
Total da Consignação 1.1.00	62.060.000	
Total da Verba 1.0.00	62.060.000	
Total das Despesas Ordinárias ..	62.060.000	
Total Geral	62.060.000	

03 — CONSELHO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DA GUANABARA

Rúbricas das Despesas	DOTAÇÃO	
	Fixa Cr\$	Variável Cr\$
DESPESAS ORDINÁRIAS		
VERBA 1.0.00 — CUSTEIO		
CONSIGNAÇÃO 1.1.00 — Pessoal Civil		
Subconsignações:		
1.1.01 — Vencimentos	4.339.000	
1.1.12 — Salário Família		3.560.000
1.1.13 — Gratificação de função	1.064.000	
1.1.15 — Gratificação pela prestação de serviço extraordinário		230.000
1.1.20 — Gratificação pela participação em órgão de deliberação coletiva		1.315.000
1.1.21 — Gratificação adicional por tempo de serviço	1.358.000	
	6.761.000	5.105.000
Total da Consignação 1.1.00	11.866.000	
Total da Verba 1.0.00	11.866.000	
Total das Despesas Ordinárias ..	11.866.000	
Total Geral	11.866.000	

04 — CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DA GUANABARA

Rúbricas das Despesas	DOTAÇÃO	
	Fixa Cr\$	Variável Cr\$
DESPESAS ORDINÁRIAS		
VERBA 1.0.00 — CUSTEIO		
CONSIGNAÇÃO 1.1.00 — Pessoal Civil		
Subconsignações:		
1.1.01 — Vencimentos	5.400.000	
1.1.12 — Salário Família		1.672.000
1.1.18 — Gratificação pela execução de trabalho de natureza especial com risco de vida ou saúde		162.000
1.1.21 — Gratificação adicional por tempo de serviço		163.000
	5.400.000	1.997.000
Total da Consignação 1.1.00	7.397.000	
CONSIGNAÇÃO 1.2.00 — Pessoal Militar		
Subconsignações:		
1.2.01 — Vencimentos de Oficiais	69.590.000	
1.2.02 — Vencimentos de Praças	214.848.000	
1.2.03 — Etapas para Alimentação		31.085.000
1.2.04 — Gratificações Militares		830.258.000
1.2.07 — Abono de Família		100.773.000
1.2.08 — Auxílio para Funeral		420.000
1.2.09 — Ajuda para Pardamento		780.000
1.2.10 — Substituições		60.000
1.2.11 — Diversos:		
1) Pagamento de auxílio de dife- rença de Caixa		34.000
	284.438.000	963.510.000
Total da Consignação 1.2.00	1.247.948.000	
Total da Verba 1.0.00	1.255.345.000	
VERBA 2.0.00 — Transferências		
CONSIGNAÇÃO 2.3.00 — Inativos		
Subconsignações:		
2.3.01 — Funcionários aposentados e jubi- lados; reformados, inválidos e pes- soal da reserva	108.162.000	
2.3.04 — Abono Provisório e novas aposen- tadorias	3.000.000	
2.0.06 — Abono de Família	51.948.000	
	163.110.000	
Total da Consignação 2.3.00	163.110.000	
CONSIGNAÇÃO 2.4.00 — Pensionistas		
Subconsignações:		
2.4.03 — Abono Provisório e novas pen- sões	9.867.000	
2.4.04 — Salário Família	5.878.000	
	15.745.000	
Total da Consignação 2.4.00	15.745.000	
Total da Verba 2.0.00	178.855.000	
Total das Despesas Ordinárias	1.434.200.000	
Total Geral	1.434.200.000	

4.23 — ORGAOS TRANSFERIDOS DA UNIAO PARA O ESTADO DA GUANABARA

05 — DEPARTAMENTO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Rúbricas das Despesas	DOTAÇÃO	
	Fixa Cr\$	Variável Cr\$
DESPESAS ORDINARIAS		
VERBA 1.0.00 — CUSTEIO		
CONSIGNAÇÃO 1.1.00 — Pessoal Civil		
Subconsignações:		
1.1.01 — Vencimentos	2 716 518 000	
1.1.05 — Auxílio para diferença de caixa ..	224 000	
1.1.06 — Auxílio doença		3.158.000
1.1.12 — Salário Família	382 509 000	
1.1.13 — Gratificação de função	28.000.000	
1.1.18 — Gratificação pela execução de trabalho de natureza especial com risco de vida ou saúde		973.000.000
1.1.21 — Gratificação adicional por tempo de serviço	322.000.000	
1.1.26 — Gratificação especial de nível Uni- versitário		70.000.000
	3.449 242.000	1.046.158.000
Total da Consignação 1.1.00	4.495.400.000	
Total da Verba 1.0.00	4.495.400.000	
Total das Despesas Ordinárias ..	4.495.400.000	
Total Geral	4.495.400.000	

06 — DEPARTAMENTO DE ILUMINAÇÃO E GÁS DO ESTADO DA GUANABARA

Rúbricas das Despesas	DOTAÇÃO	
	Fixa Cr\$	Variável Cr\$
DESPESAS ORDINARIAS		
VERBAS 1.0.00 — CUSTEIO		
CONSIGNAÇÃO 1.1.00 — Pessoal Civil		
Subconsignações:		
1.1.01 — Vencimentos	29 200.000	
1.1.12 — Salário Família		7.150.000
1.1.13 — Gratificação de função	3.080.000	
1.1.18 — Gratificação pela execução de trabalho de natureza especial com risco de vida ou saúde		2.800.000
1.1.21 — Gratificação adicional por tempo de serviço	3.780.000	
	36.060.000	9.950.000
Total da Consignação 1.1.00	46.010.000	
Total da Verba 1.0.00	46.010.000	
Total das Despesas Ordinárias ..	46.010.000	
Total Geral	46.010.000	

07 — DEPÓSITO PÚBLICO DO ESTADO DA GUANABARA

Rúbricas das Despesas	DOTAÇÃO	
	Fixa Cr\$	Variável Cr\$
DESPESAS ORDINARIAS		
VERBAS 1.0.00 — CUSTEIO		
CONSIGNAÇÃO 1.1.00 — Pessoal Civil		
Subconsignações:		
1.1.01 — Vencimentos	4.480.000	
1.1.12 — Salário Família		1.250.000
1.1.21 — Gratificação adicional por tempo de serviço	430.000	
	4.900.000	1.250.000
Total da Consignação 1.1.00	6.150.000	
Total da Verba 1.0.00	6.150.000	
Total das Despesas Ordinárias ..	6.150.000	
Total Geral	6.150.000	

08 — JUSTIÇA DO ESTADO DA GUANABARA

Rúbricas das Despesas	DOTAÇÃO	
	Fixa Cr\$	Variável Cr\$
DESPESAS ORDINARIAS		
VERBA 1.0.00 — CUSTEIO		
CONSIGNAÇÃO 1.1.00 — Pessoal Civil		
Subconsignações:		
1.1.01 — Vencimentos	665.468.000	
1.1.06 — Auxílio doença		392.000
1.1.09 — Substituições		28.000.000
1.1.11 — Pessoal em disponibilidade		23.000.000
1.1.12 — Salário Família		62.500.000
1.1.13 — Gratificação de função	4.200.000	
1.1.15 — Gratificação pela prestação de serviço extraordinário		1.200.000
1.1.18 — Gratificação pela execução de trabalho de natureza especial com risco de vida ou saúde		1.120.000
1.1.21 — Gratificação adicional por tempo de serviço	140.000.000	
1.1.24 — Gratificação de representação		1.120.000
1.1.26 — Gratificação especial de nível Uni- versitário		53.000.000
	809.668.000	170.332.000
Total da Consignação 1.1.00	980.000.000	
Total da Verba 1.0.00	980.000.000	
Total das Despesas Ordinárias ..	980.000.000	
Total Geral	980.000.000	

09 — MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA GUANABARA

Rúbricas das Despesas	DOTAÇÃO	
	Fixa Cr\$	Variável Cr\$
DESPESAS ORDINARIAS		
VERBA 1.0.00 — CUSTEIO		
CONSIGNAÇÃO 1.1.00 — Pessoal Civil		
Subconsignações:		
1.1.01 — Vencimentos	518 140.000	
1.1.12 — Salário Família		13.500.000
1.1.13 — Gratificação de função	1.060.000	
1.1.15 — Gratificação pela prestação de serviço extraordinário		220.000
1.1.21 — Gratificação adicional por tempo de serviço	70.840.000	
1.1.24 — Gratificação de representação		952.000
1.1.26 — Gratificação especial de nível Uni- versitário		100.800.000
	590.940.000	114.472.000
Total da Consignação 1.1.00	705.412.000	
Total da Verba 1.0.00	705.412.000	
Total das Despesas Ordinárias ..	705.412.000	
Total Geral	705.412.000	

4.23 — ORGAOS TRANSFERIDOS DA UNIAO PARA O ESTADO DA GUANABARA

10 — PENITENCIÁRIA PROFESSOR LEMOS BRITO

Rúbricas das Despesas	DOTAÇÃO	
	Fixa Cr\$	Variável Cr\$
DESPESAS ORDINARIAS		
VERBA 1.0.00 — CUSTEIO		
CONSIGNAÇÃO 1.1.00 — Pessoal Civil		
Subconsignações:		
1.1.01 — Vencimentos	118.474.000	
1.1.12 — Salário-Família		30.000.000
1.1.13 — Gratificação de função	23.520.000	
1.1.15 — Gratificação pela prestação de serviços extraordinários		400.000
1.1.18 — Gratificação pela execução de trabalhos de natureza especial, com risco de vida ou saúde		19.443.000
1.1.21 — Gratificação adicional por tempo de serviço	15.400.000	
	157.394.000	49.843.000
Total da Consignação 1.1.00	207.237.000	
Total da Verba 1.0.00	207.237.000	
Total das Despesas Ordinárias	207.237.000	
Total Geral	207.237.000	

11 — POLICIA MILITAR DO ESTADO DA GUANABARA

Rúbricas das Despesas	DOTAÇÃO	
	Fixa Cr\$	Variável Cr\$
DESPESAS ORDINARIAS		
VERBA 1.0.00 — CUSTEIO		
CONSIGNAÇÃO 1.1.00 — Pessoal Civil		
Subconsignações:		
1.1.01 — Vencimentos	20.160.000	
1.1.06 — Auxílio-doença		84.000
1.1.12 — Salário-Família		5.040.000
1.1.18 — Gratificação pela execução de trabalho de natureza especial com risco de vida ou saúde		2.856.000
1.1.21 — Gratificação adicional por tempo de serviço	1.848.000	
1.1.26 — Gratificação especial de Nível Universitário		2.016.000
1.1.29 — Abono pela permanência no serviço ativo (art. 18 da Lei 4.069 de 1962)		1.500.000
	22.008.000	11.496.000
Total da Consignação 1.1.00	33.504.000	

CONSIGNAÇÃO 1.2.00 — Pessoal Militar

Subconsignações:		
1.2.01 — Vencimentos de Oficiais	225.000.000	
1.2.02 — Vencimentos de Praças	1.120.000.000	
1.2.03 — Etapas para alimentação		742.000.000
1.2.04 — Gratificações Militares		1.170.000.000
1.2.07 — Abono de Família		1.654.926.000
1.2.08 — Auxílio para Funeral		3.360.000
1.2.09 — Ajuda para fardamento		2.520.000
1.2.10 — Substituições		2.190.000

Rúbricas das Despesas

	DOTAÇÃO	
	Fixa Cr\$	Variável Cr\$
1.2.11 — Diversos		
1) Despesas de qualquer natureza com os Oficiais do Exército que servem junto à Corporação		840.000
2) Pagamento de auxílio para diferença de caixa		194.000
	1.345.000.000	3.575.940.000
Total da Consignação 1.2.00	4.920.940.000	
Total da Verba 1.0.00	4.954.444.000	

VERBA 2.0.00 — TRANSFERÊNCIAS

CONSIGNAÇÃO 2.3.00 — Inativos

Subconsignação:		
2.3.01 — Funcionários aposentados e jubilados, reformados, inválidos, assilados e pessoal da reserva	2.400.000.000	
	2.400.000.000	
Total da Consignação 2.3.00	2.400.000.000	

CONSIGNAÇÃO 2.4.00 — Pensionistas

Subconsignações:		
2.4.03 — Abono provisório e novas pensões	210.000.000	
2.4.04 — Salário-Família	76.800.000	
Total da Consignação 2.4.00	286.800.000	
Total da Verba 2.0.00	2.686.800.000	
Total das Despesas Ordinárias	7.641.244.000	
Total Geral	7.641.244.000	

12 — PRESÍDIO DO ESTADO DA GUANABARA

Rúbricas das Despesas	DOTAÇÃO	
	Fixa Cr\$	Variável Cr\$
DESPESAS ORDINARIAS		
VERBA 1.0.00 — CUSTEIO		
CONSIGNAÇÃO 1.1.00 — Pessoal Civil		
Subconsignações:		
1.1.01 — Vencimentos	80.600.000	
1.1.12 — Salário-Família		28.100.000
1.1.13 — Gratificação de função	9.324.000	
1.1.15 — Gratificação pela prestação de serviço extraordinário		180.000
1.1.18 — Gratificação pela execução de trabalho de natureza especial, com risco de vida ou saúde		1.820.000
1.1.21 — Gratificação adicional por tempo de serviço	6.216.000	
	96.140.000	30.100.000
Total da Consignação 1.1.00	126.240.000	
Total da Verba 1.0.00	126.240.000	
Total das Despesas Ordinárias	126.240.000	
Total Geral	126.240.000	

4.23 — ORGAOS TRANSFERIDOS DA UNIAO PARA O ESTADO DA GUANABARA

13 — SERVIÇO DE BIOESTATISTICA DO ESTADO DA GUANABARA

Rúbricas das Despesas	DOTAÇÃO	
	Fixa Cr\$	Variável Cr\$
DESPESAS ORDINARIAS		
VERBA 1.0.00 — CUSTEIO		
CONSIGNAÇÃO 1.1.00 — Pessoal Civil		
Subconsignações:		
1.1.01 — Vencimentos	7.050.000	
1.1.12 — Salário-Família		1.700.000
1.1.13 — Gratificação de função	560.000	
1.1.21 — Gratificação adicional por tempo de serviço	630.000	
	8.240.000	1.700.000
Total da Consignação 1.1.00	9.940.000	
Total da Verba 1.0.00	9.940.000	
Total das Despesas Ordinárias ..	9.940.000	
Total Geral	9.940.000	

14 — SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DA MEDICINA E FARMACIA DO ESTADO DA GUANABARA

Rúbricas das Despesas	DOTAÇÃO	
	Fixa Cr\$	Variável Cr\$
DESPESAS ORDINARIAS		
VERBA 1.0.00 — CUSTEIO		
CONSIGNAÇÃO 1.1.00 — Pessoal Civil		
Subconsignações:		
1.1.01 — Vencimentos	12.320.000	
1.1.12 — Salário-Família		2.070.000
1.1.13 — Gratificação de função	560.000	
1.1.18 — Gratificação pela execução de trabalho de natureza especial com risco de vida ou saúde		3.080.000
1.1.21 — Gratificação adicional por tempo de serviço	1.120.000	
	14.000.000	5.150.000
Total da Consignação 1.1.00	19.150.000	
Total da Verba 1.0.00	19.150.000	
Total das Despesas Ordinárias ..	19.150.000	
Total Geral	19.150.000	

A COMISSAO DE FINANÇAS.

15 — SERVIÇO DA ODONTOLOGIA DO ESTADO DA GUANABARA

Rúbricas das Despesas	DOTAÇÃO	
	Fixa Cr\$	Variável Cr\$
DESPESAS ORDINARIAS		
VERBA 1.0.00 — CUSTEIO		
CONSIGNAÇÃO 1.1.00 — Pessoal Civil		
Subconsignações:		
1.1.01 — Vencimentos	3.220.000	
1.1.12 — Salário-Família		1.860.000
1.1.18 — Gratificação pela execução de trabalho de natureza especial, com risco de vida ou saúde		1.344.000
1.1.21 — Gratificação adicional por tempo de serviço	1.190.000	
	4.410.000	3.204.000
Total da Consignação 1.1.00	7.614.000	
Total da Verba 1.0.00	7.614.000	
Total das Despesas Ordinárias ..	7.614.000	
Total Geral	7.614.000	

16 — AUDITORIA-DE JUSTIÇA DA POLICIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DA GUANABARA

Rúbricas das Despesas	DOTAÇÃO	
	Fixa Cr\$	Variável Cr\$
DESPESAS ORDINARIAS		
VERBA 1.0.00 — CUSTEIO		
CONSIGNAÇÃO 1.1.00 — Pessoal Civil		
Subconsignações:		
1.1.01 — Vencimentos	4.761.000	
1.1.06 — Auxílio-doença		84.000
1.1.09 — Substituições		2.520.000
1.1.12 — Salário-Família		125.000
1.1.21 — Gratificação adicional por tempo de serviço	1.451.000	
1.1.26 — Gratificação especial de Nível Universitário		543.000
	6.212.000	3.272.000
Total da Consignação 1.1.00	9.484.000	
Total da Verba 1.0.00	9.484.000	
Total das Despesas Ordinárias ..	9.484.000	
Total Geral	9.484.000	

Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 1962

Nº 4.240-B, DE 1962 NA CAMARA
Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1963.
Anexo nº 4 — Poder Executivo
4.21 — MINISTERIO DO TRABALHO E PREVIDENCIA SOCIAL
(Será publicado em Suplemento)

Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 1962

Nº 4.240-B, DE 1962 NA CAMARA
Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1963.
Anexo nº 4 — Poder Executivo
4.18 — MINISTERIO DAS MINAS E ENERGIA
(Será publicado em Suplemento)

Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 1962

Nº 4.240-B, DE 1962 NA CAMARA
Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1963.
Anexo nº 4 — Poder Executivo
4.11 — MINISTERIO DA AGRICULTURA
(Será publicado em Suplemento)

Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 1962

Nº 4.240-B, DE 1962 NA CAMARA
Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1963.
Anexo nº 4 — Poder Executivo
4.08 — SUPERINTENDENCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONOMICA DA AMAZONIA
(Será publicado em Suplemento)

Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 1962

Nº 4.240-B, DE 1962 NA CAMARA
Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1963.
Anexo nº 4 — Poder Executivo
4.12 — MINISTERIO DA EDUCACAO E CULTURA
(Será publicado em Suplemento)

Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 1962

Nº 4.240-B, DE 1962 NA CAMARA
Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1963.
Anexo nº 4 — Poder Executivo
4.20 — MINISTERIO DA SAUDE
(Será publicado em Suplemento)

Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 1962

Nº 4.240-B, DE 1962 NA CAMARA
Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1963.
Anexo nº 4 — Poder Executivo
4.16 — MINISTERIO DA JUSTICA E NEGÓCIOS INTERIORES
(Será publicado em Suplemento)

Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 1962

Nº 4.240-B, DE 1962 NA CAMARA
Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1963.
Anexo nº 4 — Poder Executivo
4.13 — MINISTERIO DA FAZENDA
(Será publicado em Suplemento)

Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 1962

Nº 4.240-B, DE 1962 NA CAMARA
Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1963.
Anexo nº 4 — Poder Executivo
4.22 — MINISTERIO DA VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS
(Será publicado em Suplemento)

OFÍCIOS

Do Governador do Estado de Santa Catarina, agradecendo comunicações referentes à promulgação de Resoluções do Senado que suspenderam a execução de Leis daquele Estado declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal:
Ofício nº 1.479, de 26 de julho de 1962 — Resolução nº 14.
Ofício nº 1.480, de 26 de julho de 1962 — Resolução nº 13.
Da Associação Paulista de Bibliotecários, de São Paulo, de 24 de julho de 1962, agradecendo o apoio dado pelo Senado ao Projeto que se transformou na Lei nº 4.084, reguladora da profissão de bibliotecário.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a Mesa há Projeto de Lei que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido apoiado e despachado às Comissões de Constituição e Justiça e Legislação Social, o seguinte:

Projeto de Lei do Senado nº 44, de 1962

Isenta das prescrições da Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, as instituições de caráter beneficente, cultural e assistencial.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Não se aplicam às instituições de caráter beneficente, de assistência social, hospitalar, religiosa e cultural, que não visem a fins lucrativos as disposições da Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962.

Parágrafo único. São igualmente beneficiadas com a isenção de que trata este artigo as instituições que, embora cobrem parte de seus serviços, aplicam os recursos destes decorrentes em assistência gratuita a necessitados.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 4.090, de 13 de julho do corrente ano, se, de um lado, traduziu o nobre propósito dos Srs. Congressistas em favorecer as classes trabalhadoras do País proporcionando-lhes uma gratificação anual, justamente por ocasião das festas natalinas, de outro vem trazer, para milhares de instituições, problema dos mais sérios e de solução impraticável. Referimo-nos às organizações que o presente projeto pretende excluir da aquela obrigação.

De quem nada ou quase nada tem, nada se pode tirar. Todos conhecemos as dificuldades enormes que passam essas entidades, para poderem sobreviver. É de sua sobrevivência que se mantêm milhares de necessitados. Da caridade praticam a caridade. São meras intermediárias, na partição de óbolos. Sustentam-se à base do esforço abnegado de alguns, da dedicação cristã, do altruísmo, da renúncia.

Suas receitas são mínimas. Pouco lhes dá o Estado, que, de resto, vai omitindo-se em sua principal tarefa de dar dignidade ao homem, recuperá-lo e integrá-lo numa comunidade feliz. A citada Lei nº 4.090, impôs-

lhes pesado e insuportável encargo, que precisa ser removido em tempo, sob pena de essas instituições se extinguírem, à mingua de recursos.

Sala das Sessões, 10 de setembro de 1962. — Benedito Calazans. — Afrânio Lajes.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.090, DE 13 DE AGOSTO DE 1962

Institui a gratificação de Natal aos trabalhadores.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º No mês de dezembro de cada ano a todo empregado será paga pelo empregador, uma gratificação salarial, independentemente da remuneração a que fizer jus.

§ 1º A gratificação corresponderá a 1/12 (um doze avos) da remuneração devida em dezembro, por mês de serviço do ano correspondente.

§ 2º A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de trabalho será havida como mês integral para os efeitos do parágrafo anterior.

Art. 2º As faltas legais e justificadas ao serviço não serão deduzidas para os fins previstos no § 1º do artigo 1º, desta lei.

Art. 3º Ocorrendo rescisão, sem justa causa, do contrato de trabalho, o empregado receberá a gratificação devida nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 1º desta lei, calculada sobre a remuneração do mês da rescisão.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Esta finda a leitura do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Joaquim Parente, primeiro orador inscrito.

O SR. JOAQUIM PARENTE:

(Lê o seguinte discurso) Senhor Presidente, Senhores Senadores; a tranquilidade do país foi abalada, nos últimos dias, por dois episódios ambos trazendo maior agitação ao panorama político. Assim a vibração natural dos instantes que antecederam os pleitos eleitorais de âmbito nacional recebeu um perigoso incentivo, cujas consequências são ainda imprevisíveis.

Refiro-me, Sr. Presidente, em primeiro lugar, às inoportunas e desprimorosas declarações do ilustre Governador do Rio Grande do Sul, na campanha que sustentava, tentando a desmoralização do Poder Legislativo no seio da opinião pública.

Diga-se, desde logo, que minhas palavras nada têm de pessoal contra o ilustre governador gaúcho, com quem, inclusive, não mantenho relações de conhecimento. Como dirigente de seu grande Estado, merece de minha parte todo respeito, investido que foi, no alto posto que ocupa, pela vontade soberana do povo do seu Estado.

Mas, Sr. Presidente, não posso concordar com as atitudes que vem assumindo na sua campanha à deputação federal pelo Estado da Guanabara. Nesse particular, ela vem se caracterizando por uma pregação inequivocamente subversiva, porque dirigida contra um dos Poderes da República, exatamente aquela, aliás, para a qual pleiteia agora os sufrágios do povo carioca.

Incentivando dos trabalhadores à greve geral; ameaças diretas ao Congresso; aceno à sublevação popular, eis alguns dos mais graves conceitos, utilizados na pregação do ilustre Governador do Rio Grande, o qual — convém assinalar — contou com a inexplicável complacência da censura, em

contraste com a exigência feita ao honrado Governador Carlos Lacerda, em território de sua própria unidade federativa, de gravação prévia, em "video-tape", de suas declarações políticas.

Aliás, Sr. Presidente, devo declarar que a minha formação democrática repudia qualquer espécie de censura à livre manifestação do pensamento. O princípio constitucional é claro e a lei estabelece punições aos excessos que se cometerem no abuso da liberdade de expressão.

A aceitar-se, porém, a tese, não há como adotar dois pesos e duas medidas em tal terreno. A discriminação é odiosa, atinja a quem atingir.

Todas as circunstâncias conduzem à convicção de que se prepara, em alguns setores, a intervenção federal no Estado da Guanabara.

1. O Governador Carlos Lacerda sofre a censura prévia de seu programa político pela televisão;

2. Dias após, ainda pela televisão e pelas rádios emissoras, o Governador do Rio Grande do Sul incita os operários à greve política e ameaça o Parlamento de dissolução, sem que suas declarações, sucessivamente repetidas a intervalos curtos, sofra qualquer medida restritiva do órgão de censura;

3. O Conselho de Ministros, em nota distribuída à Nação e igualmente irradiada a intervalos curtos e certos, acusa o Governador Carlos Lacerda de campanha subversiva contra o Governo Federal e de hostilidade à convivência federativa.

4. O Governador gaúcho, em comício realizado quarta-feira última no Largo do Machado, além de repetir as ameaças ao colega que o hospedou no território do seu Estado, declarou falar não somente em seu nome, mas em nome do próprio Governo Federal.

Todos esses fatos, Sr. Presidente, obedecem a uma sequência lógica demais, coerente demais, interligada demais, para constituírem episódios isolados e sem nexos.

Para que o País não viva esses dias de sobressalto e inquietação, urge uma palavra do Sr. Presidente da República, de cujo patriotismo não tenho razões para duvidar, no sentido da garantia da estabilidade do regime e da devolução da tranquilidade à família brasileira.

Bem sei, Sr. Presidente, que o governo federal já se manifestou, lamentavelmente mal, através da nota do Conselho de Ministros. Mas, a posição de liderança, inquestionavelmente exercida pelo Presidente João Goulart, quer quanto ao próprio Gabinete, quer em relação ao seu cunhado Governador, poderá prestar à Nação este grande serviço. Sua Excelência, estou certo, não faltará a esse patriótico chamamento.

Sr. Presidente, Senhores Senadores, manifesta a injustiça das incriminações do ilustre Governador gaúcho ao Congresso Nacional. Não me deterei na sua análise, muito menos nos irreais, inexatos e fantasiosos pormenores referentes ao vulto dos subsídios parlamentares. Uma simples certidão fornecida pelos órgãos próprios de contabilidade do Senado e da Câmara comprovará a inverdade.

Desejo, apenas, na modestia firme de minhas convicções, prestar à Nação o meu depoimento de que o Poder Legislativo não tem faltado à sua alta missão constitucional. Ao contrário, tem dado ao Executivo todos os instrumentos de governo. Ainda nos últimos dias, além das delegações solicitadas pelo Conselho de Ministros, votou a remessa de lucros, a lei antitruste, a cédula única, o código de telecomunicações, a lei de inquilinato, além de outras pro...

retamente ligadas aos interesses nacionais. Não pode, portanto, ser acusado de faltoso ao cumprimento do dever.

Do ponto de vista político, enfrentou o atual Congresso graves crises, entre as quais avultou a de agosto do ano passado, decorrente da renúncia do então Presidente da República. Naquela ocasião, e com a patriótica anuidade do Sr. João Goulart, foi vencida uma grave emergência político-militar, contra a qual um ano após, se bate o ilustre governador gaúcho.

O Congresso tem defeitos. Estes, porém, são de ordem formal, e jamais da natureza institucional. Mesmo, porém, que assim fosse, cumpriria readaptar a instrução, às exigências da conjuntura. De acordo com a sua própria índole, o Legislativo é o poder mais suscetível às críticas. Dos três poderes, o Judiciário permanece intangível e disputas, pela sua própria natureza e missão constitucional. O Executivo, ao menos no sistema presidencial de governo, dispunha de todos os elementos, inclusive publicitários, para neutralizar os reparos que lhe fossem dirigidos. Restava e resta o Legislativo, heterogêneo mas representativo; caixa de ressonância e pode expiatório de todos os males da República. Sem aparelhamento próprio, para a difusão de seus trabalhos, ao menos nas dimensões indispensáveis, está e permanece ele sujeito a todos os ataques e louvores; críticas e honras; desastros e aplausos, conforme o interesse do momento.

E o momento, Sr. Presidente, para alguns seiores, é o de afirmar que o Congresso não corresponde às suas finalidades; que o Congresso não vota as reformas de base reclamadas pela Nação; que deputados e senadores cometem crimes; que, por isso, deveria o Congresso ser fechado.

Sr. Presidente, Senhores Senadores, não consigo apartar de mim a convicção sobre a falta de fé no regime democrático, por parte dos que assim pensam e agem. Se a instituição falha; se é preciso reconstruí-la noutras bases; se é necessário reformulá-la, adequando-a aos seus objetivos; se tudo isso, no entender de alguns, se torna indispensável e próprio sistema democrático e representativo contém as soluções, sem apelos à recepção, sem fechamento, sem greves, preconcebidas e premeditadas, sem desordem, sem caos, sem anarquia, tudo isso ao gosto dos inadaptados à vivência democrática. Este é o único sistema com a flexibilidade necessária a que as reformas se façam sem supressão das liberdades individuais e sem o recurso às soluções de força. Portanto, será sempre suspeita a terminologia que, direta ou dissimuladamente, só encontra na ação do Congresso motivos de alegada fuga à sua missão e na eliminação dele a solução de todas as crises.

Sr. Presidente, na modestia de minha posição nesta Casa e perante meus companheiros, devo declarar a minha total discordância com os ataques dirigidos ao Congresso e especialmente a esta Casa, porque não energe, antes de tudo, pelos termos em que são produzidos, uma frontal incompatibilidade com o regime democrático. E não exerce com isso, Senhor Presidente, uma simples legítima defesa própria. Não. Defendo a instituição, e com esta a democracia. Não defendo o meu mandato porque, pessoalmente, não me importo de perdê-lo. Defendo a causa da liberdade, inerente ao sistema republicano democrático. Não cedo e nem cederá a pressões, porque jamais permanecerá sem honra no cargo que o povo do meu Estado me confiou para

exercer com dignidade e independência. Nada temo porque prefiro cair de pé a permanecer com a espinha dorsal dobrada na indignidade da submissão.

E, portanto, dentro desse espírito que eu me permito, Sr. Presidente, apelar mais uma vez, com o fiz em oportunidade anterior, para a tranquilidade dos espíritos.

Desejo serenamente que todos os homens públicos, todos os políticos, todos os responsáveis se devotem de modo sincero ao bem estar deste País. Que atentem para o grande mal que suas divergências tão asperas, tão sem grandeza, têm causado à nossa posição internacional. Que meditem na artificialidade da crise que provocam gerando a falta de produtos básicos de alimentação, a altíssima taxa de dólar, a retração nos investimentos, a dúvida das demais nações em nossa vocação democrática, o estacionamento do progresso, o alto e enorme preço que estamos pagando nesta grave emergência de nossa vida institucional.

E preciso acabar, de uma vez por todas com essas periódicas agitações, que são a medida melancólica de nossa imaturidade política, ou, quando menos, constituem a prova e a certeza dos inferiores apetites de homens sem grandeza.

Ainda bem, Sr. Presidente, que o sombrio panorama desses dias encontra as Forças Armadas totalmente integradas no seu papel constitucional de mantenedoras da ordem pública. Os 140 anos de nossa independência política foram assinalados por uma serena e patriótica Ordem do Dia do Sr. Ministro da Guerra, o qual, procurando explicar as divergências atuais, concluiu pela reafirmação das convicções libertárias do Exército Nacional, assim se expressando:

"Completamos hoje cento e quarenta anos de Independência. Folheando páginas da História, encontramos grandes títulos, que foram cabeçalhos de crises do passado. Alguém já disse que a história do povo é a história de suas crises. O que para os pósteres se traduz na narrativa edificante de sucessos políticos e militares, para os contemporâneos dos fatos, não foi mais do que motivo de angústia e temor pelos destinos da Pátria.

Assim é a história dos povos e também a do Brasil. Se nossos antepassados sofreram com os problemas de sua época, sofremos nós pela solução dos que nos cabem hoje resolver. Contudo, não nos iludamos. Legaremos aos nossos filhos problemas provavelmente maiores, pois crescemos sempre.

A existência de controvérsias não deve provocar desestímulo; ao contrário, a ausência delas seria um sinal de estagnação.

A tradição brasileira leva-nos a um amplo e franco diálogo para a solução das nossas dificuldades.

Bemito debate que sempre pudemos travar graças à liberdade conquistada em 7 de setembro de 1822, que temos mantido e defendido.

Hoje, após quase um século e meio de lutas e trabalhos, podemos orgulhar-nos de antepassados e contemporâneos. Somos muitos e somos grandes. Temos que pagar o tributo inerente ao vulto e à complexidade de uma nação moderna. O processo evolutivo desencadeia-se nos moldes brasileiros e democráticos.

O Exército Brasileiro, através dos tempos, juntamente com as outras Forças Armadas, tem sido um instrumento da democracia, na preservação dos direitos e liberdades do nosso povo.

Temos merecido o respeito de todos os brasileiros porque agimos com

pre com alevantado espírito de servir à Pátria, com a ambição tolerável e justa de bem cumprirmos nossa missão. Entretanto, para o atendimento desta designação, é condição precisa estarmos unidos e coesos dentro da lei, que devemos respeitar e fazer cumprir, para manter a ordem em defesa das nossas instituições.

Ao ensejo da comemoração da Independência do Brasil, concito a todos os meus camaradas a manterem esse espírito sadio e responsável pela exemplar e tradicional linha de conduta do Exército, que muito vem contribuindo para a grandeza desta Nação. (a) Gen.-Ex. Nelson de Melo, Ministro da Guerra.

Outro não foi o sentido do pronunciamento do Senhor Presidente da República, na mensagem dirigida ao povo brasileiro na mesma oportunidade. "A ninguém aproveita uma atmosfera de tensão e intranquilidade; nem aos trabalhadores, sobre cujos ombros recaem os mais pesados ônus da instabilidade social e econômica; nem às classes empresariais, que precisam do ambiente apropriado a sua luta pelo desenvolvimento; nem ao Governo da República, que jamais renunciaria ao seu dever de assegurar a ordem interna e a harmonia da família brasileira" — foram expressões textuais utilizadas pelo Presidente João Goulart. E como resposta direta ao Ilustre Governador gaúcho, Sua Excelência afirma, a respeito dos acontecimentos de agosto de 1961:

"De minha parte, posso afirmar que, tendo assumido a Presidência da República há exatamente um ano, no ápice de uma das mais graves crises de nossa vida política, nunca poupei energias nem medi transigências e sacrificios, com humildade e paciência, para afastar o perigo da guerra civil, que parecia inevitável, e para impedir o desmoronamento das instituições democráticas, esforçando-me sempre na conquista de novas e seguras perspectivas para os justos anseios do povo.

Essas declarações, realizadas de modo tão solene e em momento tão alto da nacionalidade brasileira, qual seja o transcurso da nossa data magna, comprometem o Presidente da República na linha de defesa de legalidade.

Sr. Presidente, Senhores Senadores, o Brasil, dentro da ordem e do respeito entra os seus homens públicos, quaisquer que sejam as suas divergências, pode e deve encontrar os caminhos do seu progresso, desde que uns e outros tenham os olhos sinceramente postos na perenidade dos seus destinos.

São estes, Sr. Presidente, os meus mais ardentes desejos. (Muito bem; muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Guido Mondin.

O SR. GUIDO MONDIN:

Sr. Presidente, Srs. Senadores, quando morre um artista empalidece algo do encanto da própria vida. E agora morreu mais um grande artista. Desapareceu inesperadamente, brutalmente, Aldo Locatelli. Talvez esse nome seja aqui estranho e desconhecido, porque somente agora, com a morte desse pintor emérito, suas obras terão a divulgação devida, acima de tudo, como integração ao patrimônio artístico do Brasil. Aldo Locatelli era brasileiro naturalizado. Seu campo de ação o sul do País. Como homem, vivia quase anônimo, porquanto o que lhe importava e o que lhe era transcendente era a sua arte. Quando o artista tem quem lhe divulgue a obra, terá também quem a popularize a personalidade. Lo-

catelli trabalhava em silêncio e sua arte teria de aparecer um dia pela força incoercível de sua essencialidade eclética e grandiosa. Não teve em vida a projeção individual que grupos afins promovem a favor deste ou daquele artista, fazendo, por vezes, maior o autor que a própria obra.

Aldo Locatelli trazia consigo todo o mistério do talento em combustão. Não se podia calcular até onde alcançaria a magia do seu pincel. Trabalhava tanto que, como me disse certa feita, não tinha tempo para meditar sobre sua pintura e nela descobrir os caminhos que as suas composições anunciavam, numa equação fascinante, a exigir dele uma síntese capaz de fixar o que buscava como expressão ou seja a definição máxima do artista frente ao infinito do seu sonho criador.

Barece que Locatelli, moço ainda, vinha se revelando e nos revelando o objetivo colimado por sua exigência interior. Seus mais recentes trabalhos, mais os de cavalete do que os murais ou painéis, traduziam já o fulgor da íntima textura do seu talento.

Faz muitos anos, contrataram-no para executar os murais da Catedral de Pelotas e ao mesmo tempo lecionar naquela cidade gaúcha. Foram buscá-lo, depois, para transformar a Matriz de São Pelegrino, em Caxias do Sul, num monumento de arte. Aldo Locatelli trazia, além das credenciais do seu inconfundível estilo, de sua vigorosa personalidade artística, um cabedal honroso como o de ter sido restaurador de obras do Vaticano e executor de afrescos em igrejas de muitas cidades da velha e imortal Itália.

Contava-me ele que uma das fases de perplexidade de sua vida foi aquela em que ele pintava os afrescos da cúpula de uma catedral, onde armava um andaime do qual descia sempre de quinze em quinze dias. Inesperadamente, chamaram-no para combater e quase sem perceber-se estava na frente africana, com um fuzil nas mãos. Já não eram os pincéis que empunhava para criar beleza, dando vida à própria vida, mas o fuzil que destrói e mata. Isso o fez sofrer e daí talvez a predominância da paz e do trabalho na temática dos seus murais profanos, que podemos apreciar, inclusive aqui em Brasília, onde a alegoria que executou é uma convergência de homens para as tarefas sublimes da civilização, tendo por centro a eterna simbologia do amor.

Aldo Locatelli era um homem calmo, na incandescência de sua alma latina. A arte era o seu ser e nela se confundia. Era ontologicamente artista. Sublimava-se nos arreboscos de suas criações. E agora que conhecemos as causas de sua morte, melhor podemos dimensionar sua personalidade e entender que arte também é sangue, é oxigênio, é vida. O câncer minava o artista, mas ele silenciava, travando a batalha surda e trágica dos que querem sobreviver para que avance um pouco mais, ao menos, o seu legado à posteridade.

A morte é sempre cruel, em qualquer caso, mas se faz estúpida demais quando nos arrebatada aqueles que desejamos que vivam até para satisfação do nosso egoísmo.

Aldo Locatelli tinha muito a ensinar. A morte o surpreende quando se aprestava para concorrer à catedral no Instituto de Belas Artes de Porto Alegre, onde já lecionava. Escreveu-me um amigo dizendo que se sentiu desamparado com o desaparecimento do genial pincel e esta confissão fez-me lembrar um velho conto. Tratava-se de um moço de grande talento que transitava, vitorioso, po-

los íngremes caminhos da pintura. Sofre, entretanto, um acidente grave, do qual se salva mas com os braços amputados. Já não podia pintar e então transferiu toda a sua ansia criadora para as atividades de um pintor amigo, em quem se realizava. As glórias deste eram os triunfos do mutilado. Mas a morte também veio cedo para o amigo e o moço sem braços perdia, com a nova tragédia, a razão de viver.

Locatelli nasceu em Bérgamo, formou-se pela Academia de Carrara e foi bolsista em Roma, mas tão pronto chegou ao Brasil, aqui radicou-se, embora contratado apenas por uma temporada. Integrou-se em nosso meio e embora sua pintura ainda conservasse a atmosfera itálica, seu abraqueamento era sensível. Sentiu a alma gaúcha de suas tradições, penetrando-as fundo quando decorou o Salão de Honra do Palácio Piratini, tendo como tema a lenda do Negrinho do Pastoreio, que tanto o apaixonou.

A pintura sacra era, contudo, a constante e a tônica daquele pincel embebido de mística. A Catedral de Pelotas, a Matriz de São Pelegrino, as Igrejas de Santa Teresinha e do Santo Sepulcro, no Rio Grande do Sul, e a Catedral de Itajaí, em Santa Catarina, para citarmos apenas as que nos ocorrem, são mostras perenes de sua fecunda imaginação nos temas religiosos. O grande artista, contudo, extravazava seu talento em temas gerais onde a arte deixa de ser pura reprodução do visível para exigir a contribuição do intelecto e fazer-se erudição. Atestam-no os painéis que enviou a Nova York e os murais que pintou em São Paulo. E mais do que eles, a sua pintura de cavalete, suas telas de misteriosos simbolismos, quando de sua paleta as tintas evoluam como chammas multicores para se traduzirem depois em maravilhosas formas, onde os contrastes das sombras e das luzes chegavam ao imponderável.

Foi este o artista que morreu. Os artistas nativos do Rio Grande — e os há de fulgurante mérito — sempre tiveram a acompanhá-los nas lides estéticas nomes de outras plagas, como Gabrieli, Cervasio, Pelichek e muitos outros. Mas nenhum mestre alienígena teve presença tão grande como a de Aldo Locatelli, que se integrou no meio artístico gaúcho sem esquisitices temperamentais, mas com a singularidade de um companheiro de ideais, irmão da mesma causa, sonhador dos mesmos sonhos.

Quem visitar Porto Alegre, encontrará Locatelli desde o Aeroporto, numa alegoria à aviação e a Santos Dumont. Vá, depois, a Caxias do Sul e lá encontrará uma Igreja que agora se há de tornar também um auto-monumento do genial artista. Deixei o conjunto dos murais que nos envolve e nos pasma, pelo grandioso e patético, como um espetáculo de cinerama — e detenha-se na Via Sacra que o artista executou e da qual direi que nem as do museus e das Igrejas da Europa impressionam tanto.

Aldo Locatelli era um discípulo, no tempo, de Miguel Angelo e essa constatação ressalta em suas grandes composições como o Juízo Final na cidade Matriz de São Pelegrino. E Miguel Angelo está igualmente, com suas figuras graves e seus escorços anatómicos vivos nas telas da Via Sacra, onde também encontraremos, numa síntese da universalidade estética de Locatelli, os movimentos, em inesperadas cambiantes de luz, do Típolo, o surrealismo sideral de Salvador Dali e até a tragédia da pintura social de Portinari. Há mais a constatar, porque se há em cada pintor implicitamente um poeta, Locatelli

o confirma soberbamente porque impregnou sua pintura de poesia. Na Via Sacra, ora se surpreende o lirismo pungente de um De Leoni, ora, como na cena de inumação, a dramaticidade poética de um Augusto dos Anjos. E como na pintura há sempre música também, sentiremos que naquele conjunto de obras primas se concentram ainda filosofia musical de Beethoven e os contrastes violentos de Wagner.

A Via Sacra, de Locatelli, na Matriz de São Pelegrino é qualquer coisa de inesperado num tema mil vezes abordado, mas que ninguém ungiu de tanta humanidade, de tanta teologia e permanente atualidade como ele o fez. Era essa talvez a expressão que o artista buscava e que a morte impiedosamente deteve. Apesar do muito que o seu pincel genial nos legou, a sensação mais triste que a sua morte nos deixa é a de que perdemos algo que estávamos alcançando e que era o infinito para onde o soberbo artista nos levava. Resta-nos o consolo de que a análise de sua obra se há de fazer agora com tranquilidade e o Brasil há de glorificar o nome do grande artista que um dia naturalizou.

O Sr. Fernandes Tavora — Permite V. Exª um aparte?

O SR. GUIDO MONDIM — Com toda a satisfação.

O prazer de conhecer o grande pintor o prazer de conhecer o grande pintor cuja vida V. Exª acaba de traçar. Entretanto, em seu discurso magnífico, V. Exª disse o bastante para nos convencer de que aquele que tombou agora, no seu ofício, trabalhando pelo Brasil, logrou a própria eternidade.

O SR. GUIDO MONDIM — Sou grato pelo aparte do nobre colega Fernandes Tavora, e o recolho como homenagem também ao artista desaparecido.

Sei que neste instante, no meu Estado e particularmente na minha cidade, Porto Alegre, os amigos de Aldo Locatelli, grande artista desaparecido, choram a minha lágrima. Na realidade, este brasileiro naturalizado que tanto se integrou no espírito da nossa terra, embora a arte tenha sempre caráter universal, logrou, numa simbiose extraordinária, reunir o sentimento universal da arte e o sentimento da terra, realizando a obra extraordinária que nos legou, muito embora de sua arte ainda esperássemos tanto. Muito obrigado a V. Exª (Muito Bem!).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Martins Júnior.

O SR. MARTINS JÚNIOR:

Senhor Presidente, por ocasião da minha posse não me foi dado, em agradecimento dirigir-lhe algumas palavras, o que agora faço. (Lê):

Tenho a insigne honra de me dirigir aos meus pares, no momento em que pela primeira vez em minha vida exerço um mandato parlamentar. Começo praticamente pelo fim, elevado às alturas nobilíssimas do Senado da República pela bondade de meus conterrâneos e aqui estou para, no curto prazo de minha permanência nesta Casa, trabalhar com firmeza e desassombro pelo bem comum.

Atravessa o Brasil uma fase duríssima de sua existência. E é nesta hora de incertezas e lutas que desejo fazer aqui a minha profissão de fé pela democracia, pelos princípios da livre iniciativa, pelas liberdades fundamentais do homem, pelo progresso social, pelo amparo das classes menos favorecidas e por isso mesmo merecedoras de cuidados especiais.

Não sou um político, no sentido usual em que essa palavra é empregada. Sou antes um homem de empresa, integrante das classes produtoras nacionais e agora mesmo licenciado-me da

presidência da Associação Comercial do Pará, que tenho exercido por mais de uma vez, para tomar assento nesta Casa, convocado como fui para substituir o Senador Alexandre Zacarias de Assumpção, titular do mandato. Como homem de empresa formei o meu espírito e atravessei minha existência dentro dos princípios da livre iniciativa, da livre concorrência, da lei da oferta e da procura e das leis naturais que regulam a economia dos povos e os seus destinos. Por isso mesmo os regimes de exceção repugnam à minha consciência, sejam eles da direita ou sejam eles da esquerda. Não posso admitir o despotismo, a violência, a negação dos princípios fundamentais que elevam e dignificam a personalidade humana, o arbítrio pessoal. O homem só pode viver no regime das leis e só as leis devem dirigir os povos.

Como disse, Senhor Presidente e Senhores Senadores, o Brasil atravessa dias cruciais de sua vida. Mas aqui estou, ao lado de outros patriotas, para trabalhar pela preservação e pela defesa do regime democrático instituído pelos republicanos históricos de 1889 e mantido pelos democratas de 1946, que deram a esta Nação uma Constituição que precisa ser defendida com todas as forças. Nuvens negras cobrem os nossos céus e ameaçam a nossa Constituição. Procura-se a subversão das regras morais, a inversão dos valores, a destruição da pureza dos princípios básicos do regime, tudo para que se satisfaçam a sede de poder de que muitos se nutrem, em detrimento dos verdadeiros interesses nacionais.

E temos um exemplo típico que pode ser desde logo invocado. Ouvi-se frequentemente no Parlamento e nas ruas, lia-se nas colunas dos jornais de todos os matizes e tendências que o Presidencialismo era um sistema de governo condenado, pois somava em mãos de um só homem, o Presidente da República, poderes extraordinários, imensos, que era preciso reduzir, para que a Nação não sofresse da macrocefalia que tal ordem de coisas gerava.

Instituiu-se, então, um regime parlamentar, para que o poder se dividisse entre Executivo e Legislativo, ambos de mãos dadas para um trabalho menos absoluto em favor dos interesses nacionais. Sempre ouvi dizer que o parlamentarismo é o exercício do Poder Executivo por uma delegação parlamentar, denominada Gabinete. Esse Gabinete governa enquanto desfruta da confiança do Parlamento, e representante de seu pensamento, executor fiel de seu programa, mandatário direto do Legislativo.

No entanto, que vemos entre nós? Um Gabinete de leigos, de ausentes do Parlamento, pois um único Ministro, o nosso eminente colega senador Afonso Arinos, pertence ao Legislativo. Todos os demais não integram o Parlamento e não estão no exercício das funções executivas, como leilados do pensamento, mandatários do programa ou dos sentimentos de Legislativo. E como se isso não bastasse para a deturpação do regime instituído pela Atc Adicional, vemos esse mesmo Gabinete solicitar delegação de poderes para o exercício do Poder Legislativo para proceder a essas já desmoralizadas reformas de base, que são chamadas antidemocráticas, cujas origens não podem ser escondidas e conspiram contra a democracia brasileira. Assim, no nosso Parlamentarismo, ao invés de o Executivo ser exercido por uma delegação do Parlamento, como é curial que aconteça em regimes dessa natureza, é o Gabinete que quer se investir das funções do Poder Legislativo, numa inversão de papéis que põe a nu a pobreza de nosso espírito democrático, ou, antes, o comodismo com que ele é defendido pelos que deviam ser as sentinelas indormidas de sua proteção e de sua defesa.

Ainda, por outro lado, nos regimes parlamentares autênticos, toda vez que o Parlamento se renova o Gabinete cede lugar a novo Ministério, decorrente das tendências reveladas pelas urnas, na manifestação da vontade popular. Pois estamos em vésperas de um pleito decisivo, em que centro-esquerda se deplaciam na grande batalha que há de decidir de nossos destinos e o Gabinete, sem profundidade de uração visível, em vésperas de ceder lugar a novo Ministério, se atia a planos quase recomboscicos de sacção nacional, e para isso, quer defruar a sua curta interinidade prática de reformas de base, no exercício de poderes delegados pelo Parlamento. Não vemos onde posas haja maior contradição. Devemos estar alerta para defendermos o Legislativo da conspiração que tudo isso traz consigo. Se delegarmos os nossos próprios poderes a um Governo provisório, terino e antiparlamentar, teremos entregues as chaves desta Casa aos seus mais desmascarados adversários, nossa função cessará. Nada mais temos a fazer, quando um mundo de realizações aguarda o nosso trabalho, o nosso pronunciamento e a legítima solução dos mais graves e esquecidos problemas do povo.

Temos muito que fazer, nós próprios no exercício de nossos poderes e transferência desses poderes ao Gabinete importaria na confissão de nossas próprias desvalias, de nosso fracasso, da ruína do regime que seria incapazes de sustentar e indigno de manter.

Precisamos, pelo contrário, com o nosso esforço concentrado suprir as deficiências do Poder Executivo, suas fraquezas e tendências mais, o devio de sua legítima autoridade que a invés de cuidar dos altos interesses nacionais, se dedica ao trabalho insidioso de dividir, intrigar, jogar umas classes contra as outras, no mais deletério e impatriótico de todos os trabalhos.

Ai estão nossas populações abandonadas à sua própria sorte, principalmente na imensa Amazônia, da qual me honro de ser filho, e o Nordeste sofrendo. O meu Estado, que dispõe de mais de um milhão de quilômetros quadrados de terras, a maior parte devolutas, tem uma população que não ultrapassou de um milhão e meio de pessoas, entre adultos e crianças. E ao invés de se socorrerem essas populações com medidas eficientes, econômicas pedagógicas, sanitárias, fala em reforma agrária. Isso mostra como se faz demagogia neste país. Senhores Presidente e Senhores Senadores. Temos terras de sobra na Amazônia, capazes de abrigarem com fartura todos os brasileiros sequeiros de um pedaço de terra para plantar mas se assanha o povo, joga-se o povo contra os donos das terras cultivadas do Nordeste e do Sul do país, ao invés de se organizar um plano de colonização digno de nossa mentalidade e de nosso progresso. Os pobres caboclos da Amazônia, vivendo a vida primitiva de seus antepassados donos da terra, trabalham ainda com instrumentos babilônicos; enxada, pá, ferro de cova. Ignoram a existência de máquinas agrícolas, que fizeram o progresso dos Estados Unidos e de outras nações; não sabem que se usam adubos e nem como são usados, para a correção dos defeitos naturais da terra; desconhecem por completo o crédito rural e o cooperativismo; vivem sofrendo as endemias da região: a malária e a verminose, quase analfabetos com um sistema de ensino precaríssimo, infeliz e governado pela mais novata politicagem. Esse é o retrato do agricultor da Amazônia, desse herói desconhecido que só em meu Estado produz a décima parte da safra mundial de pimenta do reino; toda a fibra de que necessitam os nossos industriais e agricultores para o ensacamento de suas safras; a borracha preciosa que se transforma nos pneu-

máticos que rodam por todas as estradas do Brasil, calcando os nossos caminhos e automóveis. Não se podem resolver esses problemas com uma reforma agrária que se dirige somente contra o direito de propriedade, sem enxergar no homem a soma de todos os problemas. Temos em nosso agricultor o retrato do Brasil. Fazemos uma reforma de métodos de trabalho; damos sementes boas a quem queira usá-las; adubos e máquinas agrícolas; financiamento a longo prazo e juros módicos a quantos se dedicarem aos trabalhos do campo; remédios, assistência hospitalar e médica; escola e assistência intelectual às nossas crianças e teremos com isso feito uma imensa reforma agrária sem que se toque no direito de propriedade de um dos esteios dos regimes democráticos, que as forças destruidoras das esquerdas anticapitalistas querem derubar num plano diabólico que ninguém mostra enxergar e ao qual todos aderem nessa bajulação ao homem ignorante das massas a que se dedicam as mais eminentes figuras de nossa política e de nossa administração.

Precisamos olhar para esse protecionismo indiscriminado e fatal que arruína as finanças do povo brasileiro. Indústrias maduras que atingiram a sua maioridade que deveriam sofrer o impacto da concorrência de seus similares estrangeiros vivem um regime de proteção que não mais se justifica. E, à custa desse protecionismo exagerado e feito sem o devido critério, o povo brasileiro vive um padrão de vida de preços exagerados, de vida de preços exagerados, de redução de consumo, de pobreza e de sofrimentos. E, para nos darmos ao luxo de fabricarmos navios de alta tonelagem, automóveis e caminhões, temos de importar feijão dos Estados Unidos, milho e arroz da África. Os nossos campos se esvaziaram e as cidades cresceram indiscriminadamente. Campos abandonados, agricultura deficiente e pobre, indústrias imensas se formando nos centros urbanos mais apropriados. Esse é o retrato econômico do Brasil de hoje. E, ao invés de nos lançarmos à solução de tão importantes problemas, tratamos de perder o nosso tempo com plebiscitos e delegação de poderes, como se uns e outros pudessem minorar os sofrimentos em que vive o povo brasileiro, para alegria das extremas que se alimentam nessa pobreza e fazem dos sofrimentos do povo o adubo de suas campanhas e de seus planos conspiratórios contra o próprio regime.

Problemas de abastecimento também se apresentam a desafiar a nossa inteligência. O Rio Grande do Sul abarrotado de cereais enquanto outras regiões se ressentem de alimentos e tudo isso porque os órgãos tabeladores fixam preços mais altos nos centros de produção do que os dos centros de consumo, como se fosse possível o milagre do comerciante comprar mais caro do que pode cobrar pela revenda dos artigos comprados.

Problemas de habitação também estão na primeira linha das incógnitas que nos cabe decifrar. Depois do movimento da Casa Popular, modesto plano que não chegou a produzir os efeitos desejados; que vem? As Caixas Econômicas e os Institutos previdenciários a fazerem o papel de agiotas, na cobrança de juros extorsivos de seus infortunados financiados, engodados pelos longos prazos que reduzem as prestações numa aparência enganadora, transferindo quase na sua totalidade em juros e mais juros, comissões e mais comissões, exigências as mais diversas e variadas. Enquanto isso esses órgãos se desviam de suas finalidades reais, se transformaram em instrumentos do mais desesperado empregulismo. Deixaram de ser um meio de proteção para se transformarem em um fim político.

Ao Brasil, Senhor Presidente e Senhores Senadores só falta Juízo. A

administração pública perdeu aquele sentido de austeridade que fez os grandes dias do Império e as primeiras décadas da República. Contrariando a velha norma de Pitt, o velho, ao aconselhar o filho, adotamos o princípio: O Ganho acima da Honra. Assim os nossos esforços serão perdidos, a luta será baldada, os nossos caminhos serão truncados, os nossos anseios restarão frustrados, e a sorte de nossa Democracia bem sabemos qual será. Rondam as nossas portas os lobos ferozes, os conspiradores ao soldo de dinheiros estrangeiros que nos querem escravizar e nos aniquilar, os inimigos da liberdade e da livre empresa, de mãos dadas com pessoas responsáveis pela preservação do regime, pela defesa da ordem, sequiosas de poderes absolutos, como se a grande vaga não as tragasse inexoravelmente. Isso é da História. Isso é de todos os dias. A guilhotina que degolou Maria Antonieta e Luiz XVI, também decepou o pescoço de Robespierre, Danton e Desmoulins. As forças destruidoras do mal são gigantes incontáveis, quando se desencadeiam, brutais, catastróficas. Ninguém pensa que lucrará com a traição aos deveres primários de sua consciência. Ninguém acredite que poderá deter a avalanche, para destruí-la ou dirigi-la, na hora em que os demônios do mal se virem soltos e seguros de si próprios. Então não haverá tempo nem para arrependimentos e nem para lamentações. Estará selada a sorte de nossos destinos e teremos de defender com o nosso sangue e com a nossa vida o sistema em que fomos criados, vivemos os nossos primeiros dias descansados de nossa infância, atravessamos a nossa adolescência dentro da qual travamos os primeiros combates e pudemos chegar à maturidade tranqüila dos que souberam lutar e sustentar a grande batalha da sobrevivência.

Esta é a palavra de fé e também de advertência que quero trazer aos meus ilustres Pares, no momento em que, assumindo esta Cadeira, mudo apenas de trincheira, disposto a trabalhar com afinco e sem desalencamentos pela vitória da democracia, pela consolidação do parlamentarismo e pelo seu enquadramento nos princípios fundamentais que o regem na vida dos povos. (Muito bem! Muito bem! Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Lima Teixeira.

O SR. LIMA TEIXEIRA:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, recebi, como certamente todos os Senhores Senadores, convite do Presidente da Mesa desta Casa, feito em tom imperativo, para aqui comparecer no dia 11 do corrente.

Considero indeclinável dever, mesmo nesta fase de campanha eleitoral, nossa presença às sessões do Senado, momentaneamente quando medidas da mais alta importância são instadas pelo Conselho de Ministros.

Quem lê os jornais nos Estados — especialmente nos parlamentares — fica seriamente preocupado com a situação do País. Sente-se um clima de desassossego e até de descrença no regime que professamos. Pergunta-se os motivos determinantes da crise que se iniciou com a renúncia do Sr. Jânio Quadros e ainda persiste nos dias atuais, apesar de haverem atravessado aquela fase difícil ligada de perigos para a Democracia, que felizmente conseguimos debelar.

Os motivos apontados pela imprensa para o desassossego em que o País vive se baseiam, em primeiro lugar, no fato do Congresso, especialmente a Câmara dos Deputados, não dar número para emendar a Constituição, no que diz respeito à antecipação da consulta plebiscitária; segundo, que o Conselho de Ministros, através do discurso do Primeiro Ministro feito

perante a Câmara dos Deputados, solicitou delegação de Poderes; e ainda que medidas urgentes, especialmente quanto ao setor do abastecimento, estão sendo exigidos pelo Executivo para evitar haja no País uma revolta popular que se prenuncia com a ascensão vertiginosa do custo de vida.

Tendo percorrido o meu Estado, em campanha política, posso trazer aqui algumas observações do que se pensa a respeito desses prenúncios focados pela imprensa do nosso País.

Através da caminhada democrática que fazemos pelos diversos Municípios do meu Estado, verificamos que o povo, na praça pública, está a exigir combate mais enérgico ao custo de vida. A mesma preocupação se observa nos candidatos que levam ao eleitorado, como programa de suas atividades parlamentares um dos assuntos de que mais me tenho ocupado nesta Casa, ou seja o problema agropecuario para evitar encontre o País, nesta fase difícil, sérios obstáculos para levar a efeito a política econômica, sobretudo do desenvolvimento da produção.

Anuncia-se, concomitantemente, a necessidade das reformas de base, através dos pronunciamentos do Sr. Presidente da República. Em verdade, não se tem encarado convenientemente um dos aspectos das reformas de base, a da reforma agrária, por exemplo. Há poucos dias, um colega declarava da tribuna, que não considerava urgente — e até mesmo considerava demagógico — o problema da reforma agrária. Não precisamos tirar a terra de quem tem, para dá-la a quem não tem. Precisamos, sim, dividir as terras devolutas e entregá-las aos pequenos agricultores, dando-lhes meios para produzir, como financiamento de entressafra, facilidade de créditos e assistência técnica, sob pena de entregar essas terras a quem não as puder fazer produzir.

O Sr. Paulo Fender — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com muito prazer.

O Sr. Paulo Fender — Acato a opinião de V. Ex^a. Mas o problema da reforma agrária não diz respeito a terras devolutas, terei por demais debatido na Câmara dos Deputados e no Senado.

Sabemos que as terras devolutas serão um dia aproveitadas. Mas para seu aproveitamento grandes recursos serão mobilizados, massas populacionais deslocadas, e assistência completa deverá ser dada porque se são devolutas é porque não prestam. É, portanto, problema a ser resolvido posteriormente. Permita que mais uma vez que coloco em posição contrária a de V. Ex^a. Conheço-o como homem sincero que defende com muita lucidez suas temáticas. Porém V. Ex^a deve ficar bem esclarecido sobre este assunto — se é que já não esteja — para que o Senado não ouça novamente que a reforma agrária se atém ao problema das terras devolutas. O que há são estabelecimentos agropecuarios que se apossaram de todas as terras férteis do Brasil e que delas utilizam apenas 2%. O restante é apenas para promover lastreamento de empréstimos nos Bancos. Graças a esses empréstimos, seus detentores empregam o braço do colono que não tem terra, e que vive nas cercanias das grandes propriedades, humilhado, espoliado, sob o regime de meia, cambão e terça, como só acontecia na Idade Média.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Senhor Presidente, ouvi o aparte do nobre Senador Paulo Fender. S. Ex^a, certamente, quer que se entregue as terras a proprietários que estão produzindo e as dívidas entre aqueles que não as possuem. Isso não é reforma agrária.

O Sr. Martins Júnior — Permite V. Ex^a mais um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com muito prazer.

O Sr. Martins Júnior — V. Ex^a não compreendeu bem minhas pala-

avras de há pouco, uma vez que não fiz demagogia.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Não acusei V. Ex^a de fazer demagogia, apenas considerei o tema demagógico.

O Sr. Martins Júnior — Pelo contrário, quis alertar para o fato de que na Amazônia, só no meu Estado, com um milhão e duzentos mil quilômetros quadrados talvez existam setecentos mil quilômetros quadrados de terras devolutas. Essas terras, contrariamente a opinião do meu nobre colega do Pará, Senador Paulo Fender, devo informar que não são imprestáveis; são, talvez, de difícil acesso, isto sim. Mas, haja vista o que ocorre agora com as terras devolutas às margens da BR-14, até então ignoradas. Com a abertura daquela estrada, hoje talvez não haja uma só pequena área que não esteja requerida para a agricultura ou para a pecuária. Grande parte dos pecuaristas do Estado de Minas Gerais estão lá fazendo plantações, porque verificaram a excelência daquelas terras para a pecuária. Há, portanto, uma pequena diferença entre o que o nobre colega declarou há pouco, ou seja, que essas terras são imprestáveis ou inférteis, quando elas são, repito, apenas terras de difícil acesso, e tão somente isso.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Agradeço ao aparte de V. Ex^a.

O Sr. Paulo Fender — Permite V. Ex^a outro aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com muita honra.

O Sr. Paulo Fender — Em virtude de ter sido citado nominalmente no aparte do nobre colega Senador Martins Júnior, desejo esclarecer a V. Ex^a que quando me referi a terras imprestáveis, não o fiz com relação ao aspecto da fertilidade. As terras são imprestáveis quando justamente não oferecem condições de acesso fácil. Dê-se modo, os estabelecimentos agropecuarios a que me referi, e que estão usurpados nas mãos dos latifundiários desalmados que afrontam os lavradores na miséria, esses estabelecimentos agropecuarios o são de terras com todas as vias de acesso, ou rios, ou estradas de ferro e de rodagem, ou mar. Assim, toda a terra que presta está nas mãos dos latifundiários "Presta", vamos dizer, agrológicamente, agronomicamente, sociologicamente. O prestar, aí, tem essa triplíce acepção.

O SR. LIMA TEIXEIRA — O latifúndio, Senhor Presidente, só pode ser combatido quando improdutivo, não o devendo, ser quando as grandes extensões de terras são plantadas, cultivadas, e ainda usados meios para o aumento da produção. Os latifúndios são improdutivos se os seus proprietários não empregam meios para o aproveitamento da terra e neste caso, sim, assistem razões ao Estado para que os desapropriem no interesse público, dividindo-o em glebas para entregá-las aos que queiram fazê-las produzir.

É preferível, todavia, começarmos a reforma agrária com as terras devolutas, já que há grandes áreas inaproveitadas.

O Sr. Paulo Fender — Sem colonização?

O SR. LIMA TEIXEIRA — ... as quais, às vezes oferecem condições de aproveitamento com possibilidade de boa produção, mas que estão praticamente abandonadas.

Senhor Presidente, encerrarei minhas considerações, visto V. Ex^a. Já anunciado o término da hora.

Não há oportunidade tratar do assunto plebiscito, que constitui uma das causas da situação de desassossego em que se encontra o País. Desejo este nosso querido Brasil, pelo menos na fase das eleições, esteja em paz.

São os votos que formulo, neste instante, prometendo voltar à tribuna para tratar de assuntos políticos fo-

alizados pela imprensa, entre os quais o plebiscito.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

A Presidência permite-se formular um apelo aos Srs. Senadores a fim de que, nestes dias em que — interrompendo o atendimento aos seus deveres partidários — se reúnem para acudir às necessidades dos trabalhos da Casa, elaborem e apresentem as emendas que desejem apresentar ao projeto de lei orçamentária para 1963.

As atividades da campanha eleitoral e, depois, o acompanhamento dos primeiros resultados do pleito de outubro, certamente reterão suas Excelências nos Estados até o fim da primeira quinzena desse mês.

A Lei Complementar ao Ato Adicional estipulou, como limite ao pronunciamento do Senado sobre essa matéria, o dia 31 de outubro.

Assim, se houver atraso na apresentação das emendas os trabalhos ficarão tumultuados, com prejuízo para a elaboração que esta Casa deve dar à tarefa orçamentária.

Dai o apelo que a Presidência ora formula. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE:

Acha-se sobre a mesa, a fim de ser votado quando houver número, o requerimento nº 550, de 1962, em que o Sr. Venâncio Igrejas, suplente do Sr. Senador Afonso Arinos, solicita prorrogação do prazo de que dispunha para assumir o exercício do mandato, em substituição ao titular da cadeira, que se acha afastado para o desempenho das funções de Ministro das Relações Exteriores.

Esse requerimento foi recebido durante o período em que o Senado deixou de se reunir por falta de número, tendo sido publicado no *Diário do Congresso Nacional* de 31 de agosto findo. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE:

No expediente publicado no *Diário do Congresso Nacional* (Seção II) de do corrente mês, correspondente à sessão que deixou de realizar-se no dia anterior, figuraram cinco vetos presidenciais.

Em todos os casos, se trata de vetos parciais.

De acordo com o disposto no artigo 45, do Regimento Comum, cumpre a esta Presidência, nesta oportunidade, convocar as sessões conjuntas do Congresso Nacional em que deverão ser apreciados.

Realizar-se-ão elas nos dias 26, 27 e 28 do corrente, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, de acordo com a seguinte pauta:

Dia 26

1) Projeto de Lei nº 944-B-56 na Câmara e nº 133-62 no Senado

que dispõe sobre a política nacional de energia nuclear, cria a Comissão Nacional de Energia Nuclear e dá outras providências.

2) Projeto de Lei nº 4.154-C-62 na Câmara e nº 33-62 no Senado, que dispõe sobre a execução orçamentária no exercício financeiro de 1962, nos termos do artigo 5º da Lei nº 3.994, de 9 de dezembro de 1961.

Dia 27

1) Projeto de Lei nº 3.825-58 na Câmara e nº 102-61 no Senado

que dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamentação a profissão de psicologista

2) Projeto de Lei nº 2.389-B-60, na Câmara e nº 140-62, no Senado,

que federaliza e incorpora à Universidade do Ceará a Faculdade de Ciências Econômicas.

Dia 28

Projeto de Lei nº 36-53 no Senado e nº 3.549-C-57 na Câmara que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

Para as Comissões Mistas que deverão relatar os vetos em apelo, são designados:

— quanto ao primeiro veto citado os Srs. Senadores:

Gaspar Velloso (PSD);

Irineu Bornhausen (UDN);

Lourival Fontes (PTB);

— quanto ao segundo os Srs. Senadores:

Guido Mondin (PSD);

Fausto Cabral (PTB);

Mem de Sá (PL);

— quanto ao terceiro os Srs. Senadores:

Jefferson de Aguiar (PSD);

Joaquim Parente (UDN);

Mem de Sá (PL);

— quanto ao quarto os Srs. Senadores:

Menezes Pimentel (PSD);

Fernandes Távora (UDN);

Fausto Cabral (PTB);

— quanto ao quinto os Srs. Senadores:

Ary Vianna (PSD);

Sérgio Marinho (UDN);

Caetano de Castro (PTB). (Pausa)

O SR. PRESIDENTE:

Em 10 de agosto de 1961 o Senado aprovou proposta da Comissão de Constituição e Justiça, constante de seu Parecer nº 427-61, no sentido de que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 39, de 1960, fosse pedido o pronunciamento:

— do Supremo Tribunal Federal;

— do Procurador Geral da República;

— do Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

O projeto em causa é o que divide o Supremo Tribunal Federal em três Turmas Julgadoras e dá outras providências.

A solicitação feita, àquelas entidades, em 21 de agosto do ano passado, sendo reiterada em 26 de fevereiro do corrente ano, só foi atendida pelo Sr. Ministro da Justiça.

Dispõe o Regimento, no § 2º do art. 145, com referência às diligências dessa natureza:

“Ao fim do prazo de um mês, será renovado, independentemente de deliberação do Senado, ou da Comissão, o expediente relativo à diligência não cumprida. Transcorrido mais de um mês sem resposta, a matéria será incluída em pauta da Comissão, a fim de que decida:

a) se dispensa a diligência;

b) se no caso deve ser dado o tratamento previsto no art. 54 da Constituição ou no art. 13, nº 4 da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950”.

Para o fim previsto na alínea a do dispositivo citado, a Presidência vai fazer voltar o projeto à referida Comissão. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE:

No expediente lido nesta sessão figuraram várias partes do Projeto de Lei Orçamentária para 1963.

São as seguintes:

Anexo nº 1 — Receita;

Subanexos

4.08 — Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia;

4.10 — Ministério da Aeronáutica;

4.11 — Ministério da Agricultura;

4.12 — Ministério da Educação e Cultura;

4.13 — Ministério da Fazenda;

4.16 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores;

4.18 — Ministério das Minas e Energia;

4.20 — Ministério da Saúde;

4.21 — Ministério do Trabalho e Previdência Social;

4.22 — Ministério da Viação e Obras Públicas;

4.23 — Órgãos Transferidos da União para o Estado da Guanabara.

Já tendo sido distribuídos os avulsos respectivos, cimejarão na próxima sessão a ser recebidas emendas a essas partes do Orçamento para 1963, perante a Mesa e perante a Comissão de Finanças, de acordo com o que dispõe o Regimento, no seu art. 339, letra b. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE:

Das matérias constantes da Ordem do Dia, somente o item II poderá ser apreciado nesta sessão.

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 1961, originário da Câmara dos Deputados (nº 26, de 1960, na Casa de origem) que revoga o Decreto Legislativo nº 13, de 6 de outubro de 1959, que aprovou o acordo de resgate assinado em 1958, entre os Governos do Brasil e da França (em regime de urgência, nos termos do art. 330, letra c, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento nº 505, de 1962, aprovado na sessão ordinária de 17 do mês em curso) dependendo de Pareceres das Comissões — de Relações Exteriores e — de Finanças. (Pausa)

Sobre a Mesa ofício que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E lido o seguinte:

Em 24 de agosto de 1962.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de acusar recebimento do Aviso nº 546, de 22 do corrente, pelo qual o Senhor Senador Guido Mondin, Primeiro Secretário em exercício do Senado Federal, me comunicava a decisão dessa Casa do Congresso de solicitar, a requerimento do Senhor Senador Daniel Krieger, a opinião do Ministério das Relações Exteriores sobre o projeto de Decreto Legislativo nº 13-61, que revoga o Decreto Legislativo nº 13, de 6 de outubro de 1959, que aprovava o acordo de resgate assinado em 1958 entre os Governos do Brasil e da França.

2. Em resposta, cumpre-me comunicar a Vossa Excelência que este Ministério estimaria se o Senado Federal pudesse adiar o exame do referido projeto de Decreto Legislativo, pelas razões que se seguem.

3. Em primeiro lugar, o Governo brasileiro empreende no momento uma série de negociações cujo progresso terá inevitável repercussão, tanto nas nossas relações bilaterais com a França quanto nos entendimentos em curso com o Mercado Comum Europeu, negociações essas que poderiam ser prejudicadas com a decisão, no momento, da matéria agora submetida à votação no Senado Federal.

4. Em segundo lugar, em decorrência de decisão do Conselho de Ministros tomada em Sessão de 4 de janeiro último, foram iniciados estudos e negociações para regularização de diversos problemas da dívida externa do Brasil, que se encontram ainda em andamento e que também abrangem os casos pendentes com a França.

5. Finalmente, uma série de medidas contempladas no Acordo de Resgate Franco-Brasileiro em 1956 já teve plena execução, sendo necessário que se resguardem os efeitos de tais medidas antes de qualquer decisão sobre os pontos controvertidos do referido Acordo, relacionados com os casos da Companhia Estrada de Ferro São Paulo — Rio Grande, Port of Pará e Vitória — Minas, que formam precisamente o objeto do Decreto Legislativo em apelo.

6. Caso o Senado Federal possa postergar a votação do Projeto de Decre-

to Legislativo nº 13-61, o Hamarati se apressará em transmitir a essa Casa do Congresso, tão logo quanto possível, todos os elementos informativos sobre os entendimentos com o Governo francês a respeito do assunto e das demais medidas em curso para salvaguarda dos interesses brasileiros na solução de problemas da dívida externa.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha alta estima e mais distinta consideração. — Afonso Arinos de Mello Franco.

O SR. PRESIDENTE:

Há, sobre a mesa, requerimento de extinção de urgência que vai ser lido.

E lido o seguinte:

Requerimento nº 551, de 1962

Nos termos do art. 337, letra “c”, do Regimento Interno, requeremos a extinção da urgência concedida para o Projeto de Decreto Legislativo número 13, de 1961, que revoga o Decreto Legislativo nº 13, de 6 de outubro de 1959, que aprovou o acordo de resgate assinado em 1958, entre os Governos do Brasil e da França.

Sala das Sessões em 10 de setembro de 1962. — Lima Teixeira, líder da Maioria, em exercício.

O SR. PRESIDENTE:

Dado conhecimento ao Plenário do ofício dirigido à Presidência pelo Senhor Ministro das Relações Exteriores, e não podendo ser votado, por falta de quorum, o requerimento que há pouco foi lido, fica a matéria adiada para a sessão de amanhã.

O SR. PAULO FENDER:

(Pela ordem) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, V. Exª esclareceu muito bem o Plenário quanto ao Projeto que figura como item segundo na pauta de nossos trabalhos de hoje.

Indago de V. Exª, porém, se não existe na mesa requerimento do nobre Senador Daniel Krieger, de comparecimento do Sr. Ministro Afonso Arinos a esta Casa para falar sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE — Informo a V. Exª que não existe qualquer requerimento nesse sentido.

O SR. PAULO FENDER — Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE — Está esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Não há oradores inscritos.

O SR. SENADOR GILBERTO MARINHO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE:

O nobre Senador Paulo Fender encaminhou à mesa requerimento cuja leitura, de acordo com o Regimento Interno, será feita na sessão de amanhã, na hora do Expediente.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão(designando, para a de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão de 11 de setembro de 1962

(TERÇA-FEIRA)

Matéria em Regime de Urgência

1

Votação, em turno único do projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 1962, originário da Câmara dos Deputados (nº 137-B, de 1962, na Casa de origem), que delega ao Poder Executivo poderes para decretar lei criando um fundo de natureza contábil denominado Fundo Federal Agropecuario (FFAP) e estabelece os limites e condições da delegação em regime de ur-

gência nos termos do artigo 330, letra b, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento nº 530, de 1962, aprovado na presente sessão), tendo pareceres das Comissões — de Constituição e Justiça, Especial (art. 29, parágrafo único da Lei Complementar) e de Finanças.

2

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 1961, originário da Câmara dos Deputados (nº 36 de 1960, na Casa de origem) que revoga o Decreto Legislativo nº 13, de 6 de outubro de 1959, que aprovou o acordo de resgate assinado em 1956, entre os Governos do Brasil e da França (em regime de urgência, nos termos do art. 330, letra c, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento nº 505, de 1962, aprovado na sessão ordinária de 17 de mês em curso) dependendo de Pareceres das Comissões — de Relações Exteriores e de Finanças.

3

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 1962 (número 3.696, de 1961, na Casa de origem), que dispõe sobre normas para garantia dos pequenos depositantes dos estabelecimentos bancários e cooperativas de crédito e dá outras providências (em regime de urgência nos termos do art. 330, letra c, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento nº 436, de 1962, apreciado na sessão extraordinária de 6 de mês em curso), tendo pareceres das Comissões — de Economia, favorável; — da Comissão de Finanças (proterido oramente na sessão ordinária de 22 do corrente) favorável, com as emendas que oferece (1 a 6-CF), e dependendo de pronunciamento das mesmas Comissões sobre as emendas de Plenário e da Comissão de Constituição e Justiça, nos termos do art. 88 do Regimento.

4

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei do Senado nº 40, de 1961 (de autoria do Senhor Gilberto Marinho), que dispõe sobre a aplicação do disposto no art. 116 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, aos atuais funcionários públicos civis federais, da administração centralizada ou autárquica, removidos para Brasília, tendo pareceres favoráveis (número 434 a 436, de 1962) das Comissões: de Constituição e Justiça; de Serviço Público Civil; e de Finanças.

5

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 44, de 1961, de autoria do Senhor Senador Gilberto Marinho que dispõe sobre o valor da aposentadoria dos segurados das instituições de previdência social quando inválidos em consequência de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra paralisia e cardiopatia grave, tendo pareceres favoráveis sob números 414, 415 e 416, de 1962, das Comissões: de Constituição e Justiça; de Legislação Social e de Finanças.

6

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 47, de 1961, de autoria do Senhor Senador Gilberto Marinho que dispõe sobre a situação do pessoal admitido em caráter eventual nas Inspetorias Seccionais de Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura, tendo pareceres favoráveis sob números: 417, 418 e 419, de 1962 das Comissões: de Constituição e Justiça; de Serviço Público Civil e de Finanças.

Matéria em Tramitação Normal

7

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 1961 (número 2.861, de 1961, na Casa de origem) que concede isenção dos impostos de importação e de consumo para

o equipamento de um órgão libérico ao Colégio Santa Marcelina, do Rio de Janeiro, tendo: Pareceres: 1º — Sobre o projeto: (nº 286, de 1962) — da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; (nº 791, de 1961) da Comissão de Finanças, favorável. 2º — Sobre a emenda de Plenário: (nº 286, de 1962) — da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; (nº 287, de 1962) — da Comissão de Finanças, pela rejeição.

8

Discussão, em turno único, da redação final, oferecida pela Comissão de Finanças em seu Parecer nº 509, de 1962, das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 1962 (nº 4.240-B-62, na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1963, na parte referente ao Anexo nº 3 (Órgãos Auxiliares), Subanexo nº 3.01 (Tribunal de Contas).

9

Discussão, em turno único, da redação final, oferecida pela Comissão de Finanças em seu Parecer nº 505, de 1962, das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 1962 (nº 4.240-B-62, na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1963, na parte referente ao Anexo nº 3 (Órgãos Auxiliares), Subanexo nº 3.02 (Conselho Nacional de Economia).

10

Discussão, em turno único, da redação final, oferecida pela Comissão de Finanças em seu Parecer nº 508, de 1962, das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 1962 (nº 4.240-B-62, na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1963, na parte referente ao Anexo nº 4 (Poder Executivo), Subanexo número 4.02 (Departamento Administrativo do Serviço Público).

11

Discussão, em turno único, da redação final, oferecida pela Comissão de Finanças em seu Parecer nº 507, de 1962, das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 1962 (nº 4.240-B-62, na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1963, na parte referente ao Anexo nº 4 (Poder Executivo), Subanexo nº 4.03 (Estado Maior das Forças Armadas).

12

Discussão, em turno único, da redação final, oferecida pela Comissão de Finanças em seu Parecer nº 508, de 1962, das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 1962 (nº 4.240-B-62, na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1963, na parte referente ao Anexo nº 4 (Poder Executivo), Subanexo nº 4.07 (Conselho de Segurança Nacional).

13

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 1962 (nº 36-B-59, na Casa de origem), que oficializa convenções para escrita e leitura dos cegos, e código de contrações e abreviaturas Braille, tendo Parecer Favorável, sob nº 504, de 1962, da Comissão de Educação e Cultura.

14

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 1962 (nº 2.021, de 1960, na Casa de origem), que modifica o Código de Processo Penal e dá outras providências, tendo, Parecer, sob nº 460, de 1962, da Comissão de Constituição e Justiça, favorável, com a emenda que oferece.

15

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1962 (nº 2.712-C-61, na Casa de origem), que concede a pensão mensal de Cr\$ 30.000,00 à viúva do ex-Senador José Neiva de Souza, tendo Parecer Favorável, sob nº 444, de 1962, da Comissão de Finanças.

16

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 18, de 1962, de autoria do Sr. Senador Moura Andrade, que declara de utilidade pública a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Sorocaba, Estado de São Paulo (incluído em Ordem do Dia, em virtude de dispensa de interstício concedida na sessão anterior a requerimento do Sr. Senador Guido Mondin), tendo Pareceres Favoráveis das Comissões — de Constituição e Justiça e — de Saúde.

17

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 19, de 1962, de autoria do Senhor Senador Auro de Moura Andrade, que declara de utilidade pública a Associação das Irmãs Zeladoras do Sagrado Coração de Jesus, com sede em Vila Pompéia na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tendo Pareceres Favoráveis (ns. 502 e 503, de 1962) das Comissões: — de Constituição e Justiça; e — de Educação e Cultura.

18

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 20, de 1962 (de autoria do Senhor Senador Milton Campos), que declara de utilidade pública a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, sediada em São Paulo, Estado de São Paulo, tendo Pareceres favoráveis (números 500 e 501, de 1962) das Comissões: — de Constituição e Justiça e — de Educação e Cultura.

19

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 21, de 1962, (de autoria do Sr. Senador Guido Mondin), que considera de utilidade pública o Centro de Estudos Musicais Villa-Lobos, de Brasília, tendo Pareceres favoráveis (ns. 498 e 499, de 1962) das Comissões, — de Constituição e Justiça; e — de Educação e Cultura.
— Está encerrada a sessão.
(Encerra-se a sessão às 16 horas e 35 minutos).

RESENHA DOS DISCURSOS PROFERIDOS DURANTE O MÊS DE AGOSTO DE 1962 ORGANIZADA PELA SINÓPSE DO PROTOCOLO GERAL DO SENADO FEDERAL

AFRANIO LAGES

Em 7 de agosto de 1962 faz referências às declarações do Gal. Nelson de Melo, tecendo ainda comentários em torno da crise de abastecimento e ao Ato Adicional. (DCN. 3 de agosto de 1962).

Em 8 de agosto de 1962 lê nota que a UDN emitiu, manifestando repulsa à conduta do Senhor Ministro da Justiça, criando a censura prévia nos programas de áudio e vídeo. (DCN. 8-8-62).

Em 9 de agosto de 1962 esclarece os motivos que o levaram a formular Reqº de inofensas ao Senhor Ministro das Relações Exteriores. (DCN. 10-8-62).

Em 9 de agosto de 1962 (extr. às 21,30), em votação o projeto de Telecomunicações, usa da palavra no encaminhamento da votação. (Suplemento 10-8-62).

Em 14 de agosto de 1962 lê resolução do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, a fim de que conste dos Anais da Casa. (DCN. 15 de agosto de 1962).

Em 15 de agosto de 1962 justifica Reqº de informações ao Senhor Ministro do Trabalho, sobre nomeação que vêm sendo feitas no IAPI; faz apelo ainda, para que cessem as injustiças quanto à aquisição de Casa Própria pelos associados do IAPI. (Rio Largo, AL. Na mesma sessão oferece parecer ao PLC, número 2 de 1958, em nome da Com. de Legislação Social, encaminhando ainda a votação do mesmo. Justifica se Reqº número 474 de 1962. No mesmo dia (extr. às 21,30), oferece parecer ao PLC, número 131 de 1962, ora em discussão, em nome da Com. de Const. e Justiça. (DCN. 16 de agosto de 1962).

Em 16 de agosto de 1962 (extr. às 21 horas), oferece parecer ao PLC, número 94 de 1961, em nome da Com. de Legislação Social. (Suplemento 1 de agosto de 1962).

Em 22 de agosto de 1962 (extr. às 23,55), usa da palavra no encaminhamento da votação do PLS, número 43-62).

Em 23 de agosto de 1962 aborda diversos problemas de seu Estado, inclusive o não funcionamento da Usina Brasileira de Açúcar do Município de Atalaia e enquadramento do pessoal do Ministério da Agricultura e do Deptº Nacional de Endemias Rurais. Na mesma sessão oferece parecer ao PLC, número 206 de 1957, em nome da Com. Especial. (DCN. 24 de agosto de 1962).

ALÓ GUIMARAES

Em 22 de agosto de 1962 emite parecer ao PLC, número 206 de 1957, em nome da Com. de Economia. (DCN. 23-8-62).

Em 23 de agosto de 1962 (extr. às 17,55), em nome da Maioria e do PSD, solidariza-se com as homenagens prestadas a Getúlio Vargas. Na mesma sessão proleto parecer ao PLC, número 148 de 1962, em nome da Com. de Saúde. (DCN. 24-8-62).

ALOÍSIO DE CARVALHO

Em 8 de agosto de 1962 oferece parecer favorável ao PLC, número 80 de 1962, ora em discussão. (DCN. 9 de agosto de 1962).

Em 9 de agosto de 1962, em discussão o projeto de Telecomunicações, registra seu ponto de vista pessoal ao mesmo, sobretudo quanto aos aspectos encarados pelo colega Sérgio Marinho: constitucional e da conveniência. (DCN. 10-8-62).

Em 9 de agosto de 1962 (extr. às 21,30), em votação o projeto de Telecomunicações, usa da palavra no encaminhamento da mesma. (Suplemento 10-8-62).

Em 15 de agosto de 1962 usa da palavra para encaminhar votação do PLC, nº 55-52. No mesmo dia (extr. às 21,30), levantada questão de ordem quanto à ordem de leitura de Reqºs e retificação de texto do projeto da cédula única. (DCN. 16 de agosto de 1962).

Em 16 de agosto de 1962 (extr. às 10 horas), oferece, parecer ao PLC, nº 144 de 1961, ora em discussão, em nome da Com. de Serviço Público Civil. (DCN. 17 de agosto de 1962).

Em 16 de agosto de 1962 oferece parecer ao projeto anti-truste, em nome da Com. de Serv. Público. No encaminhamento da votação, refere-se à expressão do texto da Emenda, suscitando questão de ordem quanto a emenda de redação. (Suplemento 17 de agosto de 1962).

Em 22 de agosto de 1962 suscita questão de ordem em relação ao PLC, número 15 de 1962. (DCN. 23 de agosto de 1962).

Em 23 de agosto de 1962 manifesta sentimento de pesar pelo falecimento do Dr. Fernando Tude de Sousa. Suscita ainda questão de ordem quanto à Resolução número 40 de 1961 e PLC, número 26 de 1962. (DCN. 24 de agosto de 1962).

ARI VIANA

Em 16-8-62 oferece parecer ao PLC. nº 94-61, em nome da Com. Especial. (Suplemento 17-8-62).

Em 17-8-62 emite parecer ao PLS. nº 28-62, em nome da Com. de Finanças. (DCN. 18-8-62).

Em 23-8-62 emite parecer ao PDL. nº 18-62, em nome da Com. de Finanças. No mesmo dia (extr. às 17,55) oferece parecer ao PLC. número 148-62, em nome da mesma Comissão. (DCN. 24-8-62).

BARROS CARVALHO

Em 7-8-62 tece comentários em torno da atual situação que o País atravessa, defendendo nome do Presidente da República. Na mesma sessão oferece parecer ao PLC. nº 122 de 1962, em nome da Com. de Finanças. (DCN. 8-8-62).

Em 9-8-62 (extr. às 21,30), em votação o projeto de telecomunicações, usa da palavra no encaminhamento da votação. (Suplemento 10-8-62).

Em 15-8-62 (extr. às 21,30) declara que se abstém de levantar questão de ordem sobre a Carta Oliveira Brito, aceitando os esclarecimentos da Mesa. (DCN. 16-8-62).

CAIADO DE CASTRO

Em 22-8-62 usa da palavra no encaminhamento da votação do PLC. nº 37-62. (DCN. 23-8-62).

Em 22-8-62 (extr. às 21,30), refere-se aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar causas da crise de abastecimento e aos problemas sociais do povo, lendo manifesto "Solidarismo", do Professor Heitor Calmon. (Suplemento de 23-8-62).

Em 23-8-62, em discussão o PLS. nº 18-62, rende homenagem ao povo de Sorocaba. Na mesma sessão justifica suas emendas ao PDL. nº 18-62, focalizando problema de abastecimento e preço. No mesmo dia (extr. às 17,55) reverencia a memória do Pres. Getúlio Vargas, amigo saudoso, pela passagem do dia 24-8. (DCN. 24-8-62).

COIMBRA BUENO

Em 7-8-62 tece considerações e oferece sugestões relativas a Reforma Agrária em nosso País. (DCN).

Em 8-8-62 usa da palavra no encaminhamento da votação do PLC. nº 48-55. No mesmo dia (extr. às 21 horas), justifica seu pedido de licença, devendo ser convocado o suplente, Dr. Frederico Nunes. (DCN. 9-8-62).

Em 9-8-62 justifica PLS. nº 32-62, de sua autoria. (DCN. 10-8-62).

DANIEL KRIEGER

Em 15-8-62 (extr. às 21,30), emite parecer favorável ao PLC. nº 131-62, em nome da Com. de Finanças, referindo-se à Carta Oliveira Brito no encaminhamento da votação. (DCN. 16-8-62).

Em 16-8-62 lê discurso do General Nelson de Melo, para que seja transcrito nos Anais do Senado. Justifica ainda o Requerimento nº 495-62. (Suplemento 17-8-62).

Em 22-8-62 (extr. às 21,30), para encaminhar votação do PDL. nº 19 de 1962, declara-se favorável a concessão de delegação de poderes. (Suplemento de 23-8-62). No mesmo dia (extr. às 23,55), no encaminhamento da votação do PLS. nº 43-62, de sua autoria, pede aprovação do mesmo, que atende aos interesses da Pátria. (DCN. 24-8-62).

DIX-HUIT ROSADO

Em 23-8-62 solidariza-se com o Senador Aloísio de Carvalho na manifestação de pesar pelo falecimento do Dr. Fernando Tude — associando-se também a homenagem que São Paulo prestará ao mineiro de S. João Del Rei, Nadir Dias Figueiredo. (DNC. 24-8-62)

FAUSTO CABRAL

Em 8-8-62 (extr. às 21 horas), usa da palavra para emitir parecer ao PLC. nº 80-62, em nome da Comissão de Serviço Público Civil. (DCN. 9-8-62).

Em 14-8-62 oferece parecer aos PLC. ns. 55 e 130-62, em nome da Com. de Finanças. (DNC. 15-8-62).

Em 17-8-62 emite parecer ao PLS. nº 28-62, em nome da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas. (DCN. 18-8-62).

FERNANDES TAVORA

Em 8-8-62 (extr. às 21 horas), emite pareceres aos PLC. ns. 80 e 123 de 1962, em nome da Comissão de Finanças. (DNC. 9-8-62).

Em 13-8-62 lê telegramas relacionados com o substitutivo apresentado pelo Sen. Nelson Maculan ao PLC. nº 94-61. (DCN. 14-8-62).

Em 14-8-62, em discussão o PLS. nº 19-61, oferece parecer em nome da Comissão de Finanças. (DCN. 15-8 de 1962).

GILBERTO MARINHO

Em 8.8.62 justifica projeto de lei que encaminha à Mesa. (DCN).

Em 9.8.62 manifesta inconformação com as medidas do Governo, contrárias à liberdade de imprensa e de expressão. (DCN).

Em 10.8.62 transmite apelo da Federação das Indústrias, a fim de que o Sr. João Goulart dê apoio para que se instale a indústria automobilística na Guanabara. (DCN).

Em 14.8.62 põe em destaque o despacho do Pres. João Goulart no pedido para concessão de instalação da fábrica de automóveis Peugeot, no Estado da Guanabara. (DCN).

Em 15.8.62 ressalta necessidade do rápido andamento na outra Casa do Congresso, do projeto que corrige injustiças contra os brasileiros naturalizados. (DCN).

Em 16.8.62 relata o estado de precariedade dos transportes coletivos no Estado da Guanabara. (DCN).

Em 23.8.62 (extr. às 17,55), reverencia a memória do saudoso Getúlio Vargas. (DCN. 24.8.62).

GUIDO MONDIN

Em 22.8.62 faz referências à greve dos funcionários da Rádio Nacional, fazendo apelo a quem de direito para que atenda às reivindicações dos mesmos. (DCN 23.8.62).

Em 23.8.62 almeja ao novo Prefeito de Brasília uma administração fecunda. (DCN. 24.8.62).

HERIBALDO VIEIRA

Em 22.8.62 tece comentários em torno do PLS. nº 40-61, achando que deve ser rejeitado. (DCN. 22.8.62).

Em 28-8-62 (nº 19-62, em nome da Com. de Const. e Justiça. No mesmo dia (extr. às 21,30), emite parecer ao PDL às 23,55), para encaminhar votação, tece comentários em torno do PLS. nº 43-62. Suplemento 23-8-62).

Em 23.8.62 emite parecer ao PDL nº 18-62, em nome da Com. de Const. e Justiça. (DCN. 24.8.62).

JEFFERSON DE AGUIAR

Em 8.8.62 usa da palavra no encaminhamento da votação dos PLC. ns. 126-61 e 80-62, favorável à aprovação de ambos. (DCN. 9.8.62).

Em 9.8.62, referindo-se à crise atual, declara que os governantes tornam a realidade, ignorando as necessidades nacionais, não obstante planos e projetos arquivados. Afirma, também, que o Congresso poderá designar data do plebiscito, sem pressões ou imposições. (DCN. 10.8.62).

Em 9.8.62 (extr. às 21,30), transmite ao Senado texto da declaração da UDN, PSD e PSP, relativa à crise atual, expressando a Nação desejo de paz e tranquilidade. Na mesma sessão usa da palavra, quando da votação do projeto de Telecomunicações. (Suplemento de 10.8.62).

Em 15.8.62 justifica substitutivo de sua autoria, apresentado ao PLC. nº 24-58 (direito de greve). No mesmo dia (extr. às 21,30), relata o projeto de lei do Inquilinato, em nome da Com. de Const. e Justiça. (DCN. 16.8.62).

Em 16.8.62, em discussão o projeto anti-truste, ao encaminhar votação, presta esclarecimentos ao Sen. Adílio de Carvalho. A fim de não promover dificuldades, retira suas emendas. Na mesma sessão, como relator do projeto do direito de greve, pede prazo para proferir parecer, fazendo-o na sessão extraordinária às 21 horas. — (Suplemento 17.8.62).

Em 17.8.62 lê trechos da conferência pronunciada pelo 1º Secretário da Embaixada do Japão, fazendo ainda referências às reformas estruturais de que carecemos. (DCN. 18.8.62).

Em 22.8.62 (extr. às 23,55), usa da palavra no encaminhamento da votação do PLS nº 43-62. (Suplemento 23.8.1962).

JOAO ARRUDA

Em 7.8.62 pronuncia-se contrário às declarações do Gal. Nelson de Melo, afirmando que a Nação vive sacudida por crises fabricadas. (DCN. 8.8.62).

JOAQUIM PARENTE

Em 15.8.62 lê entrevista prestada ao "Correio Braziliense" pelo Prof. Claudio Pacheco, diretor da Carteira de Colonização do Banco do Brasil, julgando oportuno, já que aborda o tema da Reforma Agrária. (DCN. 16.8.62).

Em 16.8.62 refere-se à notícia de que houvera denúncia de clima de insegurança no Piauí, sob a administração do atual Governador Tibério Nunes, restabelecendo a verdade à opinião pública. (Suplemento 17.8.62).

Em 23.8.62 referindo-se à reunião do Governo Federal com os Governadores de Estado declara que o Deputado José Cândido Ferraz representando o Piauí elevou sua voz na defesa de suas reivindicações. (DCN. 24.8.62).

LIMA TEIXEIRA

Em 8.8.62 usa da palavra para encaminhar votação de seu Requerimento nº 434-62, bem como do PLC nº 80-62, pela sua aprovação. Na mesma sessão emite parecer favorável à criação de Comissão Especial, em nome da Com. de Legislação Social. (DCN. 9.8.62).

Em 10.8.62 tece comentários em torno das declarações dos Ministros Militares e da nova crise, sem maiores profundidades, conclamando o povo a crer na Democracia e no Destino do Brasil. (DCN. 11.8.62).

LOPES DA COSTA

Em 15.8.62 oferece parecer favorável ao PLS. nº 16-62, em nome da Com. de Legislação Social. No mesmo dia (extr. às 21,30), volta a focalizar o projeto. (DCN. 16.8.62).

Em 17.8.62 refere-se à comemoração dos 44 anos de existência da promissora cidade de Aquidauana, no seu Estado. (DCN. 18.8.62).

Em 21.8.62 tece diversos comentários em torno do seguinte artigo publicado no "Correio do Estado", da cidade de Campo Grande, MT: "Tudo para boi gácho, nada para o boi de Mato Grosso". (DCN. 22.8.62).

Em 22.8.62, com representante do Estado de MT, homenageia a memória do Sen. Antonio Francisco de Azeredo cujo centenário de nascimento hoje transcorre. Emite ainda pareceres aos PLC. ns. 206-57 e 86-62, em nome da Com. de Finanças. (DCN 23.8.1962).

LOURIVAL FONTES

Em 16.8.62 em discussão o projeto anti-truste, oferece parecer em nome da Com. de Const. e Justiça. (Suplemento 17.8.62).

Em 23.8.62 (extr. às 17,55), declara que o dia 24-8 é um dia de luto e

de saudade, ao reverenciar a memória de Getúlio Vargas. A Mesa se associa às homenagens. (DCN. 24.8.62).

MEM DE SA

Em 15.8.62 levanta questão de ordem quanto à forma de votação do PLC. nº 55-62, bem como em relação à origem do projeto. No mesmo dia (extr. às 21,30), levanta ainda questão de ordem quanto à Carta Oliveira Brito. (DCN. 16.8.62).

Em 16.8.62 (extr. às 10 horas), oferece parecer ao PLC. nº 144-61, ora em discussão, em nome da Com. de Finanças. (DCN. 17.8.62).

Em 17.8.62 registra centenário do nascimento de Júlio Mesquita, o paulista que criou o jornal "O Estado de São Paulo". (DCN. 18.8.62).

MENDONÇA CLARK

Em 8.8.62 refere-se, com satisfação, à nomeação do Almirante Silvio Mota para Presidente da Comissão de Marinha Mercante; agradece ao Brigadeiro Dario Azambuja a criação de escala de aviões no aeroporto de Picos; faz apelos ao Presidente do Banco de Crédito da Amazônia no sentido de que faça funcionar a agência de Teresina — ao Presidente do IAPC de Piauí, para que pague os atrasados dos aposentados e a quem de direito para que reabra a Cooperativa dos funcionários da Agência Postal Telegráfica do Piauí. (DCN. 9.8.62).

Em 9.8.62 tece diversos comentários referentes à produção da tira de carnaúba e prorrogação do financiamento da safra 62-63. (DCN. 10.8.62).

Em 15.8.62 (extr. às 21,30), faz considerações em torno da Lei do Inquilinato, apresentando emenda ao referido projeto. (DCN. 16.8.62).

Em 16.8.62 (extr. às 10 horas) faz referências a órgãos que representam as classes produtoras nacionais, declarando que a CADE não atua, e órgãos do Governo, que são realmente os cabeças dos trustes no Brasil. (DCN. 17.8.62).

Em 17.8.62, fazendo referências à reunião do Governo Federal com os Governadores de Estado declara que, ou se modifica a orientação da SUDENE ou que se mude o Sr. Celso Furtado. (DCN. 18.8.62 — Reproduzido Supl. 23.8.62).

MENEZES PIMENTEL

Em 16.8.62 (extr. às 23,20), em discussão o PLS. nº 26-62, emite parecer em nome da Com. de Legislação Social. (Supl. 17.8.62).

Em 22.8.62 (extr. às 21,30), emite parecer ao PLS. nº 35-62, em nome da Com. de Leg. Social. (Suplemento 23.8.62).

MILTON CAMPOS

Em 7.8.62 justifica PLS. nº 30-62, de sua autoria, referindo-se aos graves problemas brasileiros. (DCN. 8.8.62).

Em 15.8.62 (extr. às 21,30 horas), em discussão o projeto da cédula única, tece considerações em torno do mesmo. (DCN. 16.8.62).

NELSON MACULAN

Em 22.8.62 (extr. às 21,30 horas), para declaração de voto, comunica que votou contra o PLS nº 43-62. No mesmo dia (extr. às 23,55 horas), encaminha votação do mesmo projeto. (Suplemento 23.8.62).

Em 23.8.62 em discussão o PLC nº 206-57, tece comentários em torno do mesmo e das emendas que pretendia apresentar. (DCN. 24.8.62).

NOGUEIRA DA GAMA

Em 15.8.62 (extr. às 21,30 horas), em discussão o projeto da cédula oficial, tece considerações em torno da retificação proposta pelo Dep. Oliveira Brito. (DCN. 16.8.62).

NOVAIS FILHO

Em 10.8.62 lê apelo do ex-Presidente Gaspar Dutra, em favor da paz e

da tranquilidade no Brasil. (DCN. 11.8.62).

PADRE CALAZANS

Em 8.8.62 defende-se de acusação de certo jornalista, que o acusou de querer o retorno do Senado para a Guanabara, declarando que o jornalista deve voltar suas acusações ao Sen. JK. Tece ainda considerações em torno da crise artificial do momento, do comunismo, do atual Gabinete e da Reforma Agrária. (DCN. 9.8.62)

PAULO COELHO

Em 10.8.62 solicita à Mesa que encaminhe ao Sr. Presidente da República os telegramas relacionados com os enventados e trabalhadores espalhados de sua terra. (DCN. 11.8.62).

PAULO FENDER

Em 8.8.62, para declaração de voto, comunica que votou favorável ao PLC nº 90-62, baseando-se no parecer dos juristas. No mesmo dia (extr. às 21 horas), tece comentários em torno da nova confusão em nosso país, apoiando nota do Ministro da Guerra. (DCN. 9.8.-62).

Em 9.8.62 tece comentários em torno da importância do PLS nº 36-53 (Código Brasileiro de Telecomunicações), ora em discussão. Outrossim, suscita questão de ordem em relação à votação das emendas. (DCN. 10.8.62).

Em 9.8.62 (extr. às 21.30), em votação o projeto de Telecomunicações, usa da palavra no encaminhamento da votação. (DCN. Suplemento 10 de agosto de 1962).

Em 10.8.62 congratula-se com o Senado pela aprovação do projeto de Telecomunicações, referindo-se às apurações das urnas em fase eleitoral. (DCN. 11.8.62).

Em 14.8.62 tece comentários em torno de seu projeto de lei que institui regime especial de horário de trabalho para a mulher. Na mesma sessão suscita questão de ordem em relação ao PLC nº 55-62, ora em discussão. (DCN. 15.8.62).

Em 15.8.62 tece considerações em torno da situação política nacional, apoiando Mensagem do Sr. Primeiro Ministro. Usa ainda da palavra para encaminhar votação dos projetos do direito de greve e cédula oficial, sus-

citando questão de ordem relativa ao PLC nº 85-62, oferece parecer em nome da Com. de Economia ao mesmo. No mesmo dia (extr. às 21.30 horas) opõe-se à emenda de Economia ao mesmo. No mesmo dia (extr. às 21.30 horas) opõe-se à emenda apresentada pelo Senador Mendonça Clark ao projeto de Lei do Inquilinato. — (DCN. 16.8.62).

Em 16.8.62 (extr. às 10 horas) tece considerações em torno da cultura brasileira, elogia o Prof. José Simião Leal, do Ministério da Educação e Cultura. Na mesma sessão rejeita-se ao substitutivo ao projeto anti-truste, impugnado pelo Senador Sérgio Marinho. (DCN. 17.8.62).

Em 16.8.62 refere-se aos boatos dos jornais de que estaria sendo preparado um golpe branco através de substituição do atual Pres. da Rep., pelo Sr. Benedito Bazzilli, falando na necessidade de uma lei para cobrir tais abusos da imprensa. Ao encaminhar votação do projeto anti-truste, solicita aos colegas que rejeitem a emenda do Sen. Jefferson de Aguiar. Outrossim, solicita à Mesa retificação de erro da tipografia em sua emenda, usando da palavra ainda para declaração de voto. No mesmo dia (extr. às 21 horas), refere-se à sua subemenda ao projeto do Direito de Greve, lendo carta que lhe foi dirigida pelo Dep. Almino Afonso. (Suplemento 17.8.62).

Em 17.8.62 aborda assunto do momento qual seja, recém-nascidos defeituosos, referindo-se à criação de projeto para preservação da saúde pública. Na mesma sessão faz pronunciamento sobre PDL nº 13-61 e traz palavra de homenagem à cidade de São Luís do Maranhão, em discussão o PLS nº 28-62. (DCN. 18.8.62).

REMI ARCHER

Em 15.8.62 (extr. às 21.30 horas) focaliza problemas da Amazônia, ressaltando a urgência da reestruturação administrativa do Banco de Crédito da Amazônia. (DCN. 16.8.62).

RUI CARNEIRO

Em 8.8.62 faz relato do que foi a festividade da comemoração do centênio de Pombal, na Paraíba, referindo-se também ao patrocínio do Sr. Assis Chateaubriand da fundação da

Casa da Paraíba, no Rio de Janeiro. (Suplemento 10.8.62).

Em 10.8.62 agradece as providências tomadas em relação ao prédio dos Correios e Telégrafos, na Paraíba, comentando ainda a crise política do momento e as palavras do ex-Presidente Eurico Gaspar Dutra. (DCN. 11.8.62).

Em 22.8.62 lê Requerimento do Vereador do seu Estado, fazendo veemente apelo às autoridades competentes no sentido de que reiniciem as obras de construção do Açude Cruz de Poções, deste Município. (DCN. 23 de agosto de 1962).

Em 23.8.62 envia à Mesa discurso em que faz apelo à Câmara para que vote com urgência a proposição do Dep. Barbosa Lima Sobrinho. (DCN. 29.8.1962).

RUI PALMEIRA

Em 9.8.62 declara ser urgente a atenção prioritária das autoridades competentes para a organização de uma indústria de pesca de grande porte. (DCN. 10.8.62).

SAULO RAMOS

Em 15.8.62 usa da palavra para encaminhar votação do Requerimento nº 473-62 e do PLC nº 130-62, convencido de que a este último o Senado dará votação unânime. (DCN. 16.8.62).

Em 17.8.62 justifica projeto que envia à Mesa, que dispõe sobre monopólio estatal da pesquisa, etc. etc. do cartão nacional. (DCN. 18.8.62).

SERGIO MARINHO

Em 9.8.62, como relator do projeto de Telecomunicações, presta esclarecimentos relativos ao assunto. Oferece ainda, explicações ao colega Aloisio de Carvalho, relativas à impossibilidade de atender ao seu apelo. — (DCN. 10.8.62).

Em 15.8.62 (extr. às 21.30 horas), sugere seja transferida a discussão do projeto da cédula única, pelo adiantado da hora, lembrando ainda a falta de número para continuação dos trabalhos. — (DCN. 16.8.62).

Em 16.8.62 (extr. às 10 horas) tece considerações em torno do projeto anti-truste, ora em discussão, e de seu substitutivo. (DCN. 17.8.62).

Em 16.8.62, em nome da Com. de Economia, oferece parecer às emendas

apresentadas ao projeto anti-truste, encaminhando ainda votação de Requerimento nº 493-62, contrário. (Suplemento 17.8.62).

Em 22.8.62 (extr. às 21.30 horas), tece comentários em torno do PLS nº 35-62, favorável à sua aprovação, emitindo ainda parecer ao PDL nº 19-62, em nome da Com. Especial. (Suplemento 23.8.62).

Em 23.8.62 emite parecer ao PDL nº 18-62, em nome da Com. Especial. (DCN. 24.8.62).

VITORINO FREIRE

Em 15.8.62 (extr. às 21.30 horas), para encaminhar votação, após manifestação do Senador Milton Campos sobre o projeto da cédula única. — (DCN. 16.8.62).

Em 22.8.62 refere-se ao novo prefeito de Brasília, homem competente, prestando homenagem ao ex-prefeito, Sr. Sete Câmara. (DCN. 23.8.62).

VIVALDO LIMA

Em 9.8.62 refere-se a projetos de importância destinados ao arquivo, lembrando que a modificação do Acórdão Geral de Tarifas e Comércio — GAYY, requer pronunciamento urgente desta Casa — encaminhando Requerimento de urgência para o mesmo. (DCN. 10.8.62).

Em 13.8.62 faz apelo às autoridades da Aeronáutica, no sentido da homologação do campo de pouso do Município de Eirunepé. (DCN. 14.8.62).

Em 14.8.62 justifica PLS nº 38-62, de sua autoria. (DCN. 15.8.62).

Em 15.8.62 (extr. às 21.30 horas), em discussão o projeto da cédula única, julga-o correto, não vendo razão para emendas. (DCN. 16.8.62).

Em 16.8.62, em votação o projeto anti-truste, solicita à Mesa verificação da redação do autógrafo. (Suplemento 17.8.62 — Reproduzido Supl. 23.8.62).

Em 22.8.62 lê ofício do Dep. Júlio Furtado Belém, relatando grave situação dos plantadores de juta no seu Estado e pedindo providências das autoridades. (DCN. 23.8.62).

Brasília, 10 de setembro de 1962. — OM.